

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO (CSE)
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Vitória Moreira Zambiazzi

O papel da mídia tradicional conservadora na construção de um consenso nacional legitimador da política externa estadunidense: O caso da Fox News na invasão ao Iraque em 2003

Florianópolis, SC

2023

Vitória Moreira Zambiazzi

O papel da mídia tradicional conservadora na construção de um consenso nacional legitimador da política externa estadunidense: O caso da *Fox News* na invasão ao Iraque em 2003

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Relações Internacionais do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.
Orientador: Profª Camila Feix Vidal, Drª.

Florianópolis, SC

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC

Zambiazzi, Vitória Moreira

O papel da mídia tradicional conservadora na construção de um consenso nacional legitimador da política externa estadunidense Fox News na invasão ao Iraque em 2003 /Vitória Moreira Zambiazzi ; orientadora, Camila Feix Vidal, 2023.

86 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Política externa. 3. Estados Unidos. 4. Hegemonia. 5. Mídia. I. Vidal, Camila Feix. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

Vitória Moreira Zambiazzi

O papel da mídia tradicional conservadora na construção de um consenso nacional legitimador da política externa estadunidense: O caso da *Fox News* na invasão ao Iraque em 2003

Florianópolis, 27 de junho de 2023.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof^a Danielle Jacon Ayres Pinto, Dr^a
Universidade Federal de Santa Catarina

Me. Luan Corrêa Brum
Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

Prof^a Camila Feix Vidal, Dr^a
Orientadora

Florianópolis, 2023

Este trabalho é dedicado aos meus colegas de classe e aos meus queridos pais.

AGRADECIMENTOS

Insiro aqui meus maiores agradecimentos a todos que de alguma forma me levaram a esse momento e também me apoiaram na execução deste trabalho. Primeiramente, agradeço ao grupo de pesquisa sobre política externa dos Estados Unidos para a América Latina, parte do Grupo de Pesquisa em Estudos Estratégicos e Política Internacional Contemporânea (GEPPIC), que me proporcionou o espaço e a base teórica para consolidar e aprofundar minha ideia inicial da monografia. Em específico, agradeço à Prof^a Dr^a Camila Vidal que me ajudou com apontamentos e sugestões significativas para o aprimoramento e consequente conclusão da pesquisa.

Agradeço também à minha família, Sérgio, Walda, Pedro e Marina que desde meu começo nesta nova etapa que é a vida universitária me forneceram apoio incondicional e sempre acreditaram no meu potencial profissional, sem ressalvas quanto as minhas escolhas. Meus maiores agradecimentos também à família que eu escolhi, àqueles que fizeram da Universidade e de Florianópolis minha segunda casa, em especial Guilherme, Letícia, Goes, Murilo, Iuri, Matheus, Nathan e Rodrigo, que desde a primeira fase da graduação me proporcionaram momentos singulares de trocas importantes. Seja através de um diálogo profundo, de boas risadas ou da necessidade de colo, vocês me transformaram como pessoa de uma forma muito positiva, empática e paciente. Tenho certeza de que vou carregar para sempre essas boas lembranças e ensinamentos adquiridos.

Por último, e mais importante, agradecer a oportunidade que tive de estar em um espaço tão importante que é a universidade pública e de qualidade. Tive o privilégio de adquirir o conhecimento compartilhado por excelentes pesquisadores e usar isso ao meu favor na construção de minha carreira profissional. E não somente para desenvolvimento profissional, mas a UFSC também é um espaço para compartilhar vivências e permitir o acesso de todos que compõem a nossa sociedade à educação de qualidade. Que esse acesso seja progressivo e expandido junto do constante incentivo à pesquisa e ciência livre de estigmas, evidenciando o potencial transformador das universidades públicas.

“A televisão, essa última luz que te salva da solidão e da noite, é a realidade. Porque a vida é um espetáculo: para os que se comportam bem, o sistema promete uma boa poltrona.”

(GALEANO, 1989)

RESUMO

Para além do estabelecimento da característica coercitiva do poder, a esfera consensual tornou-se essencial para a consolidação dos Estados Unidos como potência hegemônica no sistema internacional. No processo de legitimação em âmbito internacional e interno de suas intervenções externas, foi necessária a institucionalização e disseminação de um discurso que delegasse aos Estados Unidos o papel de liderança na defesa do sistema capitalista vigente. A mídia nesse cenário serve como um dos pilares para sustentação desse discurso. Portanto, será revisado na pesquisa a política externa estadunidense sob a ótica da Teoria Crítica Gramsciana e, como forma de exemplificar o papel do consentimento na estrutura de poder, será investigada a atuação da mídia tradicional conservadora *Fox News* como agente legitimador da política externa de Bush na Invasão ao Iraque em 2003. Através da análise do corpo executivo da *Fox* e de trechos de programas populares da emissora na época como *The O'Reilly Factor*, é possível identificar elementos de semelhança com o discurso conservador de Bush que visava justificar a invasão preventiva. Além disso, serão abordadas pesquisas de opinião pública que relatam maior tendência da audiência da *Fox* em concordar com o discurso neoconservador de Bush. Dessa forma, identifica-se a atuação da *Fox News* com vistas a construir um consenso social capaz de fundamentar a política externa estadunidense ofensiva e unilateral no Iraque.

Palavras-chave: Estados Unidos. Hegemonia. Iraque. Fox News. Política externa. Conservadorismo. Mídia. Doutrina Bush.

ABSTRACT

Beyond the establishment of the coercive characteristic of power, the consensual sphere became essential for the consolidation of the United States as hegemonic power in the international system. In the process of legitimization of its foreign interventions at an international and internal level, it was necessary to institutionalize and disseminate a rhetoric that delegated to the United States the role of leadership in the defense of the capitalist system in place. The media in this scenario serves as one of the pillars for sustaining this discourse. Therefore, the research will review U.S. foreign policy from a Gramscian Critical Theory perspective and, as a way to exemplify the role of consent in the power structure, the traditional conservative media *Fox News* will be investigated as a legitimizing agent of Bush's foreign policy in the 2003 Invasion of Iraq. Through the analysis of Fox's executive body and excerpts from the channel's popular programs at the time such as *The O'Reilly Factor*, it is possible to identify elements of similarity with Bush's conservative rhetoric aimed at justifying the preventive invasion. In addition, public opinion polls will be addressed that report a greater tendency of *Fox's* audience to agree with Bush's neoconservative speech. In this way, *Fox News* is identified as acting in order to build a social consensus capable of supporting the offensive and unilateral U.S. foreign policy in Iraq.

Keywords: United States. Hegemony. Iraq. Fox News. Foreign policy. Conservatism. Media. Bush Doctrine.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Aprovação de diferentes presidentes no período de três crises externas.....	75
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Opinião de jornalistas na cobertura da Guerra do Iraque, notícias a cabo.....	65
Tabela 2 - Identificação partidária do público de notícias.....	71
Tabela 3 - Perfil ideológico do público de notícias.....	72
Tabela 4 - Percepções errôneas sobre o Iraque com base na fonte primária de notícias.....	72
Tabela 5 - Telespectadores que aprovam a gestão Bush e concordam com a Invasão ao Iraque.....	73

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADMs	Armas de Destruição em Massa
G7	Grupo dos Sete
FCN	Fox News Channel
FMI	Fundo Monetário Internacional
ONU	Organização das Nações Unidas
OMC	Organização Mundial do Comércio
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIPA	Program on International Policy Attitudes
RAM	Revolução nos Assuntos Militares

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. O CONCEITO NEOGRAMSCIANO DE HEGEMONIA E O CONSENSO COMO FERRAMENTA POLÍTICA EM RELAÇÃO AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO.....	22
2.1 O conceito de hegemonia neogramsciana e a importância de uma estrutura socialmente consensual.....	23
2.2 A comunicação como ferramenta na criação de um consenso na estrutura hegemônica.....	29
3. A ASCENSÃO DA HEGEMONIA ESTADUNIDENSE: UMA REVISÃO DE SUA POLÍTICA EXTERNA	37
3.1 A transição hegemônica da Inglaterra para os Estados Unidos.....	37
3.2 Consolidação da hegemonia estadunidense após a Segunda Guerra Mundial: a institucionalização de seus valores na comunidade internacional e sua hegemonia financeira.....	40
3.3 Atuação da potência no sistema internacional bipolarizado e configuração do multilateralismo após a dissolução da União Soviética.....	44
3.4 A era Bush filho e a ruptura da política externa com a aplicação da Doutrina Bush.....	49
4. CONSOLIDAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NOS ESTADOS UNIDOS E SEU PAPEL NA ELABORAÇÃO DO CONSENSO HEGEMÔNICO.....	54
4.1 Contextualização do uso da retórica e de estratégias de comunicação política.....	55
4.2 Tendência à parcialidade e emergência da televisão como veículo de comunicação.....	58
4.3 O estabelecimento da <i>Fox News Channel</i> e seu vínculo com o governo Bush Filho.....	59
4.4 A cobertura da <i>Fox News</i> sobre o pós 11/09 e sobre a Invasão ao Iraque: seu papel como emissora tendenciosa.....	63
4.5 O programa <i>The O'Reilly Factor</i> e semelhanças com o discurso de Bush.....	65
4.6 Apoio à intervenção: traços de aceitação da política externa por parte do público.....	71
4.7 Aprovação de Bush no contexto de insegurança pós 11/09.....	74
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS.....	80

1. INTRODUÇÃO

É evidente que, nos dias atuais, expandiu-se de forma progressiva os estudos que trazem à tona a interdisciplinaridade entre análises de formulações políticas e análises voltadas à atuação midiática, bem como suas interferências recíprocas. Em um país com forte apelo moral à liberdade e individualidade como os Estados Unidos (o que possibilitou a emergência de um número diverso de veículos de comunicação), a relação entre ambos os objetos é ainda mais explícita. As eleições presidenciais do país em questão mostram a importância da influência midiática para o resultado final dos processos eleitorais, bem como para a sustentação de certas ações políticas, como apontam dados do *Shorenstein Center on Media, Politics and Public Policy*. De acordo com relatórios do instituto elaborados nos anos de eleição presidencial de 2016 e 2020, há certo padrão de cobertura midiática com um enfoque significativo no fenômeno chamado de “trumpismo”. Desde os estágios iniciais da campanha eleitoral de 2016, o Republicano Donald Trump já se encontrava em uma posição de centralidade da cobertura midiática, algo que se estendeu até o momento do resultado final. Em um panorama geral, Trump recebeu 15% mais cobertura nas maiores emissoras do país em comparação com sua oponente democrata, Hillary Clinton. Além disso, o discurso agressivo de Trump, com frases marcantes como “Lock her up”¹ e “Make America great again”², o marcaram de forma controversa e polêmica, o que, por conseguinte, rendeu maior visibilidade midiática à sua campanha.

A contínua exposição de Trump midiática e de seu fenômeno eleitoral não era feita de uma forma positiva. Até mesmo em veículos da mídia tradicional que se alinham tipicamente às premissas Republicanas, como a *Fox News*, a exposição era majoritariamente negativa. De acordo com relatórios do *Shorenstein Center on Media, Politics and Public Policy* realizados em 2016 ao final da eleição presidencial, apesar do tom principalmente prejudicial das notícias envolvendo sua campanha, a Fox, em comparação com todas as outras grandes emissoras, foi a que mais deu apoio à Trump, com uma porcentagem de 73% de sua cobertura em tom negativo e os outros 27% em tom positivo. A partir disso, Trump continuou recebendo visibilidade nas

¹ Apesar de variações de alvo ao longo dos anos, a frase “prendam ela” ressurgiu no cenário eleitoral de 2016 como forma de criticar e pressionar a candidata Hillary Clinton tendo em vista alegações públicas de Trump referente a supostas práticas ilegais efetuadas pela Fundação Clinton e pela polêmica de Clinton e a criação de um servidor de e-mail pessoal para uso profissional durante seu mandato como secretária de Estado no governo Obama, conforme afirmaram diversos jornais na época, dentre eles, *The Washington Post*, *CNN* e *New Yorker*.

² Segundo Sean Eddington (2018), a frase “torne a América grande outra vez” que se tornou slogan da campanha eleitoral de Trump, capta elementos de uma linguagem voltada ao nacionalismo extremo e à supremacia branca, aludindo a um discurso anti-imigração de fechamento das fronteiras fortalecedor da herança escravocrata e conservadora do país.

principais redes midiáticas, lhe rendendo cerca de US\$2 bilhões em atenção da mídia, aproximadamente o dobro do preço total das campanhas presidenciais mais caras da história. É também o dobro dos estimados US\$746 milhões referentes à campanha de Hillary Clinton, a segunda colocada, conforme dados compilados pelo *The New York Times* em 2016. Todo esse processo de midiatização da campanha de Trump apesar da descrença de boa parte da mídia na vitória do Partido Republicano, trouxe visibilidade suficiente para que Trump atingisse grupos específicos, principalmente em zonas rurais e cidades pequenas, onde os principais jornais possuem menos influência e tivesse uma vitória eleitoral inesperada que lhe rendeu cargo de presidência de um dos países mais influentes do globo.

O papel da mídia em resultados políticos não se limita apenas a acontecimentos recentes. Em uma análise histórica anterior, ressalta-se o paralelo crucial entre a propagação midiática e a política externa estadunidense durante a vigência do mandato de George W. Bush, presidente entre os anos de 2001-2009. De acordo com Carlos Poggio Teixeira e José Ribeiro Calandrelli (2017), no cenário de virada do século, com os ataques terroristas de setembro de 2001, Bush deu espaço para a emergência de ideais neoconservadores³ na formulação da política externa do país, substituindo o combate ao comunismo pelo combate ao terrorismo através de um envolvimento do país no exterior com base em fatores morais e em defesa da democracia, o que, por conseguinte, leva a uma atuação unilateral capaz de dispensar o apoio de instituições internacionais e que para se sustentar necessita de um intenso suporte militar (TEIXEIRA, CALANDRELLI, 2017). Esse processo neoconservador da condução da política externa no período caracterizou a chamada “Doutrina Bush” que, segundo a autora Cristina Soreanu Pecequilo (2008), representava o auge do ideário neoconservador e a consolidação da quebra do Internacionalismo Multilateral⁴. A Doutrina Bush vinha acompanhada de outra premissa significativa, denominada de “Eixo do Mal”⁵, expressão utilizada por Bush em seu discurso

³ Para Teixeira e Calandrelli (2017) o neoconservadorismo deriva do movimento de contracultura nos anos 1960 a partir de uma ruptura dentro dos chamados “liberais do centro vital” (TEIXEIRA, CALANDRELLI, 2017, p. 382). No decorrer das décadas o grupo se aproximou do Partido Republicano, sob alegações de que o Partido Democrata estaria se aproximando da nova esquerda de elementos pacifistas contrários aos conflitos das décadas subsequentes (TEIXEIRA, CALANDRELLI, 2017, p. 382). Com os atentados de setembro de 2001, o neoconservadorismo de Bush ganhou mais força na formulação da política externa do país, contendo quatro elementos basilares: o internacionalismo não-institucional, unilateralismo, democracia e poder militar, sendo todos estes pontos utilizados como argumento para o envolvimento ativo da potência em assuntos do exterior.

⁴ Pecequilo (2008) define o Internacionalismo Multilateral como a ocorrência da cooperação entre países por intermédio de uma rede de organizações internacionais governamentais (OIGs) (PECEQUILO, 2008, p. 32). Em que os países convergem a uma agenda comum de atuação pautada nos valores liberais das instituições internacionais estabelecidas no pós Segunda Guerra.

⁵ Na concepção estadunidense, os Estados Bandidos são: Iraque, Irã, Coreia do Norte, Síria e Cuba. (PECEQUILO, 2008, p. 38)

sobre o Estado da União, em 2002, para apontar Estados que representavam uma ameaça à segurança da potência estadunidense e do mundo, e que, portanto, deveriam ser combatidos.

As premissas supracitadas serviam de base para a continuação de uma política externa estadunidense intervencionista que já era evidente desde os primórdios da emergência dos Estados Unidos como ator significativo no sistema internacional, a partir de premissas como a própria Doutrina Monroe e o Destino Manifesto do século XIX, mecanismos que justificavam a expansão dos Estados Unidos principalmente em território latino-americano. No decorrer das décadas que continuavam a favorecer o crescimento econômico e comercial do país, as políticas expansionistas do hegemom perduraram, se adaptando aos mais diversos cenários que definiram o sistema internacional em diferentes períodos. O que em um momento era o combate ao comunismo que justificava o financiamento de conflitos no Oriente Médio, a exemplo da Guerra do Afeganistão a partir de 1979, logo foi substituído pelo combate ao terrorismo e narcotráfico ao final da Guerra Fria e a partir dos ataques de 2001.

Através dessa nova retórica anti-terrorista, que visava a expansão dos valores liberais e defesa da democracia, Bush deu início à invasão ao Iraque em 2003. Na esfera externa, obteve pouco apoio da comunidade internacional, reforçando o elemento unilateral dos ideais neoconservadores e, por conseguinte, se opondo a potências como a França, Rússia e Alemanha. Na esfera doméstica, o governo foi capaz de construir forte consenso social e nacional, fazendo uso da sensação de medo e insegurança, sentimentos estes assimilados pela sociedade estadunidense a partir dos ataques terroristas de 2001. Portanto, “o público interno apoiou a guerra com poucos protestos devido ao temor e à justificativa de que o Iraque possuía Armas de Destruição em Massa (ADMs) e colaborara com a al-Qaeda para 11/09, acusações que se mostraram infundadas” (PECEQUILO, 2008, p. 41). Nesse cenário, a mídia tradicional conservadora, como a *Fox News*, obteve papel relevante para a disseminação das alegações supracitadas que se enraizaram na sociedade estadunidense, ainda que não houvesse provas concretas de qualquer relação entre Iraque e a al-Qaeda, bem como da aquisição de ADMs por parte do país.

Portanto, o presente trabalho tem como objetivo principal analisar o papel da mídia tradicional conservadora⁶, aqui representada pela rede *Fox News Channel*, na construção de um consenso nacional na sociedade estadunidense que serviu de apoio na legitimação de uma nova

⁶ A mídia tradicional conservadora caracteriza os veículos de comunicação que disseminaram informações convergentes à agenda externa neoconservadora e republicana do governo Bush (2001-2009). Segundo Manuel Castells (2009), são canais que reafirmaram de forma constante a primazia da supremacia política e cultural dos Estados Unidos em períodos de instabilidade doméstica, favorecendo atitudes políticas conservadoras, mais nacionalistas, em prol da lei e ordem.

política externa intervencionista resultando na invasão ao Iraque em 2003, a primeira etapa do que se desdobraria em um extenso conflito nos anos subsequentes em novo território médio oriental extremamente estratégico para os EUA. De forma mais específica, a pesquisa busca revisar historicamente o desenvolvimento da política externa estadunidense até o período de intervenção no Iraque, com forte influência de elementos neoconservadores que formularam a Doutrina Bush, sob a ótica de uma fundamentação teórica crítica gramsciana. A teoria escolhida abarca todos os elementos que compreendem a aplicação prática da política externa intervencionista da potência estadunidense pois, conforme Robert Cox (1981), assimila de forma histórica os processos sociais referentes à formulação de instituições internacionais e domésticas, capacidades materiais e ideias que, combinadas à análise de elementos de coerção e consenso, corroboram para o entendimento acerca da agenda externa do país desde sua ascensão como ator de maior relevância no sistema internacional vigente.

Da mesma forma, será objeto de análise a evolução da importância da mídia em processos de formulação política em âmbito externo, principalmente de mídias tradicionalmente conservadoras, no caso a *Fox News*, no período a ser analisado, elucidando as peças de informação utilizadas para corroborar a invasão, angariando apoio popular significativo na esfera doméstica.

Portanto o foco do estudo será avaliar e justificar a hipótese da atuação do veículo midiático da *Fox News* com vistas à construção do consenso social que fundamentou a política externa intervencionista dos Estados Unidos no Iraque de forma ofensiva e unilateral. A *Fox News* emerge na pesquisa como objeto de pesquisa pois, como citado anteriormente, representa de forma popular o espectro conservador da mídia estadunidense até mesmo em eventos atuais como a eleição presidencial de 2016. Dessa forma, tal popularidade simplifica a análise de uma atuação midiática tendenciosa durante o período do governo Bush convergente à elite política da época.

Retomando a questão da política externa do país, destaca-se o histórico inerente de intervenções que solidificaram este campo de atuação, mais especificamente, a partir do final da Segunda Guerra Mundial, período em que os Estados Unidos usufruíram de grande crescimento econômico. Anterior a isso, já estavam em evidências breves indícios que relatam suas políticas expansionistas, principalmente a partir do século XIX, através de preceitos como a “Doutrina Monroe” e o “Corolário Roosevelt”⁷. A Doutrina Monroe fortaleceu o lema “A

⁷ Segundo Teixeira (2014), a Doutrina Monroe seguiu como parâmetro para a política externa do país no século XIX. Possuindo um escopo continental, visava garantir a segurança da América Latina. Progressivamente, serviu de fonte no início do século XX para a formulação do Corolário Roosevelt, que perpetuava a intervenção

América para os Americanos” e consolidou a percepção de que estas políticas tinham como alvo a totalidade do continente americano (TEIXEIRA, 2014, p. 115), resultando em ocorrências como a absorção de metade do território mexicano.

A expansão estadunidense sob o pretexto liberal de garantir os valores democráticos no mundo não se limitou apenas ao território do restante dos países no continente americano. Segundo Perry Anderson (2003), a partir do final da Segunda Guerra Mundial, a potência emergente, sob a administração Franklin Delano Roosevelt, se deparava com novos cálculos globais. A nova política de expansão político-econômica visava agora tornar o mundo seguro para o modelo capitalista pautado nos valores liberais e democráticos. Dessa forma, a prioridade absoluta se tornou o combate ao comunismo e de sua expansão para além de suas fronteiras. Segundo Anderson, o êxito das políticas expansionistas da potência se concretizou:

Com esta moldura estabelecida, houve o *boom* do capitalismo a partir do momento pós guerra. A zona capitalista avançou e foi integrada por um império estadunidense informal cujos marcos foram Bretton Woods, os planos Marshall e Dodge, a OTAN e o Pacto de Segurança EUA-Japão. (ANDERSON, 2003, p. 8)

Através destes planos aderidos por significativa parte da comunidade internacional, ocorre a dissolução da União Soviética. Com a ausência do inimigo comunista a ser combatido, houve alterações no balanço de forças e consentimentos pelo globo, com o poder e superioridade coercitiva dos Estados Unidos se tornando ainda mais acentuado. A partir desse novo cenário, os Estados Unidos estabelecem um novo formato de imperialismo que combina elementos de domínio e liderança via coerção e consentimento, denominada uma coerção consentida. Através deste novo modelo, o país passou a efetuar invasões preventivas na região do Oriente Médio, sob o pretexto de expansão da democracia e combate ao terrorismo internacional (ANDERSON, 2003). Destaca-se que, no entanto, essa ofensiva pode ser traduzida e analisada pelo viés da própria segurança de sua demanda energética, tendo em vista a consolidação do processo de globalização na época que buscava expandir o modelo de consumo do país.

Cabe ressaltar aqui o episódio de anexação do Kuwait por parte do Iraque, em 1990, situação que ameaçou a alteração dos preços petrolíferos para todos os Estados capitalistas. Por conseguinte, os Estados Unidos de George H. W. Bush trabalhou rapidamente para a intervenção no país, como forma de restaurar a dinastia Kuwaitiana Sabah no trono (ANDERSON, 2003). Com o devido auxílio estrangeiro e ampla cobertura da própria Nações

estadunidense em países americanos sob o pretexto de manter a estabilidade da economia e democracia no hemisfério.

Unidas, têm início a “Operação Tempestade no Deserto”, comumente denominada de Guerra do Golfo. A atuação da Organização das Nações Unidas (ONU) e de seu Conselho de Segurança nesse cenário serviram como mecanismos para a afirmação ideológica da única superpotência da época, através do “consenso da diplomacia americana” explicar - evidência do que Antonio Gramsci caracteriza como um dos principais traços de toda hegemonia. Ou seja, a internalização por outras partes do mundo de valores defendidos pela potência combinada com a corrupção, outro elemento imprescindível para Gramsci ao descrever uma nova hegemonia. A corrupção como ferramenta legitimadora se tornou evidente para o controle de vetos na Assembleia Geral da ONU, bem como através de induções econômicas e de empréstimos aos financiamentos do Fundo Monetário Internacional.

Tais elementos facilitaram a expansão de uma política externa estadunidense militarizada e ofensiva que, apesar de uma vitória Democrata, foi perpetuada com a eleição de Bill Clinton em 1993. Clinton reforçava o multilateralismo, a busca por mercados e a integração regional, a exemplo de organizações como Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Área de Livre-Comércio das Américas. Segundo Pecequilo, sob uma tática de “engajar para conter”, visou se aproximar de nações capazes de desestabilizar o poder dos Estados Unidos, como a Rússia no G7 e a China na OMC, assim como através da expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) no Leste Europeu. O cenário vigente contextualiza o saldo positivo do governo Clinton, promovendo a renovação econômica e da liderança da “América Indispensável”, através do plano “Engajamento e Expansão” (PECEQUILO, 2008, p. 35).

Concomitantemente, o setor neoconservador buscava se reorganizar, se aproximando socialmente de grupos passíveis de influência (bases religiosas de caráter radical e tradicional), reforçando também uma aproximação com as universidades e a mídia, o que impulsionou a vitória da ala nas eleições presidenciais de 2000, com George W. Bush. A partir de seu mandato, foi instaurada uma agenda divergente daquela defendida por seu antecessor, principalmente no que se refere à inserção e forma de atuação dos Estados Unidos no sistema internacional. Muito se deve a dois pontos centrais que alteraram de forma radical os meios de aquisição dos objetivos estadunidenses em âmbito global: o atentado de 11/09 e uma “revolução nos assuntos militares” (RAM) (ANDERSON, 2003, p. 14). O choque advindo do 11/09 foi suficiente para colocar a potência em uma posição mais efetiva no exterior, dispensando as denominadas fachadas e placebos diplomáticos (ANDERSON, 2003), algo que já era defendido pelos ideais neoconservadores. Ademais, como sustentação de sua hegemonia, o exercício de uma política externa mais assertiva demandava uma ativação do sentimento popular para além de um consentimento ao *status quo* doméstico. Diferentemente de intervenções passadas, os atentados

ocorridos em 2001 intensificaram o respaldo popular de sua política externa. Já o segundo ponto é referente a uma mudança significativa nos meios utilizados durante a guerra, tendo em vista os avanços tecnológicos nos sistemas de armas e de comunicação, bem como um desenvolvimento da acurácia e efeito do poder de fogo estadunidense. Todos os elementos supracitados caracterizaram a Doutrina Bush, lançada em 2002, que perpetuam os traços imperialistas da atual potência hegemônica.

Como mencionado anteriormente, o avanço dos meios de comunicação simboliza a necessidade de apoio popular à crença de uma moralidade superior dos Estados Unidos em relação ao mundo, além de também representar uma “revolução nos assuntos militares” (ANDERSON, 2003) tendo em vista a expansão e maior facilidade de comunicação a partir destes avanços. Para tanto, como forma de atingir nosso objetivo principal e efetuar o devido paralelo entre os objetos de estudo, será efetuada uma revisão bibliográfica da teoria de Manuel Castells, que analisa a sociedade a partir de uma estrutura interativa para disseminação de conhecimentos e informações, bem como seu constante aperfeiçoamento no decorrer das décadas. A partir dessa estrutura, surge uma percepção crítica que se enraíza nos campos políticos, econômicos, sociais e culturais, desenvolvendo o importante conceito do capitalismo informacional.

Segundo Manuel Castells e Gustavo Cardoso (2005), a partir de 1970 emergiu um novo paradigma tecnológico, com base na tecnologia de informação, principalmente nos Estados Unidos, em que um segmento específico da sociedade estadunidense, em interação com a geopolítica mundial, formulou um novo modo de comunicação e de vida. O progresso tecnológico não mais se limitava à esfera do financiamento militar e representava agora a cultura da liberdade e da inovação individual. Por conseguinte, estes avanços representaram maior afinidade dos interesses individuais desse segmento com os meios de comunicação, formulando, portanto, essas redes tecnológicas de informação (CASTELLS, CARDOSO, 2005). As redes representam uma forma de organização social mais flexível e adaptável, seguindo de um modo eficiente o caminho evolutivo dos esquemas sociais humanos. Para Castells e Cardoso, também representou uma significativa descentralização:

Por outro lado, muitas vezes não conseguiram maximizar e coordenar os recursos necessários para um trabalho ou projeto que fosse para além de um determinado tamanho e complexidade de organização necessária para a concretização de uma tarefa. Assim, em termos históricos, as redes eram algo do domínio da vida privada, enquanto o mundo da produção, do poder e da guerra estava ocupado por organizações grandes e verticais, como os estados, as igrejas. (CASTELLS, CARDOSO, 2005, p. 18)

Esse contexto facilita, no ramo da comunicação, a prevalência de certos interesses particulares em detrimento de outros, substituindo o processo de comunicação como método informativo por performativo. A participação da *Fox News* como mídia conservadora e performativa popular no começo dos anos 2000, somado ao atentado ocorrido de 11/09, favorecem o argumento de maior crença na liderança de Bush pois, em períodos de crises como o ocorrido, governos são mais facilmente capazes de controlar o ambiente político, se comparado a momentos pacíficos. Com isso, Bush, político alinhado aos ideais neoconservadores e em um cenário de crise como o de 2001, pôde engajar mais facilmente a mídia na construção de apoio para suas políticas, mesmo através de informações distorcidas amplamente disseminadas. À exemplo, cita-se o caso da *Fox News*, que, segundo dados da pesquisa elaborada por Gary C. Jacobson no *Cooperative Congressional Election Study* (2007), mesmo com ausência de provas concretas que comprovam a relação entre Iraque e al-Qaeda, e sua retenção de ADMs, divulgava essas informações com maior frequência se comparado a outras redes de notícias tradicionais: 36% das notícias que divulgavam a presença de ADMs no Iraque advinham da *Fox*, além de deter 79% daquelas que afirmavam que a Guerra do Iraque é parte da guerra ao terrorismo, comparado a 27% (*ABC, CBS, NBC*) e 9% (*PBS, CNN e MSNBC*) de outras redes, como apontado pela pesquisa.

Para tanto, a importância do vigente trabalho é de ressaltar elementos em muitos momentos subjetivos, mas desempenham papel relevante na construção social do cidadão. A mídia possui atualmente grande relevância no cotidiano dos cidadãos e, para além do entretenimento, passou de forma sutil a expressar as vontades de elites políticas que refletem, por sua vez, em ações governamentais e sua respectiva recepção passiva pelo público sendo capaz, inclusive, de distorcer percepções que convergem ao interesse governamental. Portanto, a evolução tecnológica no âmbito da comunicação tornou-se ferramenta significativa no campo político como forma de gerar efeitos na opinião pública. Através desta relação, é elucidada a forma de projeção e de sustentação da política externa estadunidense intervencionista do início do século XXI no Iraque por intermédio de uma esfera informacional pública, com o papel significativo que a mídia adquiriu para a concretização da ação política em questão. Estudar esta temática é entender o funcionamento da sociedade estadunidense e sua relação com o governo Bush da potência hegemônica da época, e como isso possui desdobramentos importantes em esfera global.

Como forma de desenvolver a temática, a pesquisa será dividida nas seguintes etapas: a primeira parte voltada a uma análise da Teoria Crítica Gramsciana que retrata a construção do conceito de potência hegemônica, seus aspectos de manutenção e desdobramentos na política

estadunidense, somada à análise da teoria da comunicação de autores como Castells que conceituam a relevância dos meios de comunicação na formação da sociedade e a opinião pública, reafirmando seu papel na interação entre a classe política/governo para com os cidadãos. A segunda etapa se relaciona a uma breve revisão histórica da política externa estadunidense detentora de elementos hegemônicos, se estendendo até o período pós 11/09 com a aplicação da Doutrina Bush e a invasão ao Iraque em 2003. A terceira etapa é voltada à contextualização da criação dos meios de comunicação, mais especificamente, da *Fox News* nos Estados Unidos e, por fim, uma análise de dados empíricos que testam a relação entre a política externa intervencionista e a emissora *Fox News*, agente que consistentemente corroborou a posição conservadora do regime de Bush.

Ademais, serão apresentados dados de opinião pública da época que exemplificam a aceitação do público para com os ideais ofensivos da política externa neoconservadora de Bush. Os dados de opinião pública serão coletados a partir de plataformas como *Pew Research Center*, *Gallup Poll*, *Program on International Policy Attitudes (PIPA)*, entre outras fontes. No que se refere à posição conservadora da *Fox News* e seu alinhamento com Bush, serão apontados relatórios de instituições como o *Project for Excellence in Journalism*, artigos que analisam a divulgação de informações dos canais de comunicação da época referentes ao conflito no Iraque, bem como dados derivados diretamente dos canais de comunicação da própria *Fox News Channel*

2. O CONCEITO NEOGRAMSCIANO DE HEGEMONIA E O CONSENSO COMO FERRAMENTA POLÍTICA EM RELAÇÃO AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Como forma de identificar com precisão o papel da mídia conservadora na construção de um consenso nacional que corroborou com a atuação da política externa ofensiva de Bush em território iraquiano, é necessário, sob a ótica da Teoria Crítica Gramsciana, analisar a construção do conceito de hegemonia e abordar de forma mais aprofundada os elementos consensuais que categorizam o poder desse Estado hegemônico. Dessa forma, desenvolve-se os argumentos de Stephen Gill, Robert Cox e Anderson Perry que, além de estabelecer a importância do papel coercitivo do hegemom, apontam os aspectos consensuais que se manifestam dentro a projeção do poder hegemônico. Como resultado, a hegemonia possui reflexos na própria construção da sociedade, instaurando comportamentos, interações e convenções sociais que vão de acordo com as expectativas daqueles que detém o poder hegemônico e perpetuam o *status quo* vigente. A condição consensual mostra-se igualmente, por vezes até mais, importante em relação ao caráter coercitivo visto que, atualmente em âmbito Estatal, deter apenas o uso legítimo da força mostra-se insuficiente como forma de garantir apoio de seus cidadãos.

São diversos os meios que servem de base para sustentar a característica consensual do poder hegemônico. Dentre estes, os meios de comunicação detêm significativo poder de perpetuar os fundamentos que regem os comportamentos esperados da sociedade. Estes agentes são capazes de moldar subjetivamente os ideais e as respectivas reações de todos os cidadãos com a finalidade de convergir opiniões em prol da atuação do Estado hegemônico e, destarte, evitar possíveis fissuras na opinião pública. Por vezes, há aqueles meios de comunicação que emergem justamente como um viés de contestação dos comportamentos normalizados, entretanto, o aspecto da pesquisa visa se aprofundar na atuação de veículos de comunicação dirigentes, servindo de ferramenta para a construção de um consenso nacional em benefício do governo da época. À vista disso, discorre-se sobre os estudos de Manuel Castells e sua teoria que retrata o poder da comunicação, sendo possível de efetuar um paralelo entre a construção do consenso neogramsciano e o poder que os meios de comunicação detêm ao reiterar a conjuntura social e, portanto, estrutura hegemônica vigente. Ademais, também serão desenvolvidos os trabalhos de autores como Marilena Chauí, Dênis de Moraes, Noam Chomsky, dentre outros que reproduzem a premissa do papel político dos meios de comunicação.

2.1 O conceito de hegemonia neogramsciana e a importância de uma estrutura socialmente consensual

Os estudos de Gramsci e a conceituação de termos políticos de extrema importância, como a hegemonia, sempre estiveram intrínsecos ao contexto histórico em que o autor se inseriu. Portanto, a ideia gramsciana de hegemonia, segundo Robert Cox (2007), é derivada de duas perspectivas distintas. A primeira é voltada a uma análise do contraste da construção social e política do Estado socialista soviético em relação aos Estados europeus com um capitalismo bem desenvolvido. Com um enfoque no segundo objeto, Gramsci destacou os casos em que a burguesia havia alcançado uma posição hegemônica que, nesse cenário, era definida por uma relação de subordinação, através de concessões, dessa classe dominante para com as outras classes sociais. Essa hegemonia através de concessões foi suficiente para impedir a insurgência de conflitos sociais entre as classes, evidenciando uma hegemonia consolidada na sociedade civil que não necessitava de um controle administrativo do aparato do Estado. Portanto, através dessa nova percepção de dominação social, a definição de Estado foi ampliada, não correspondendo mais apenas a um aparato administrativo, executivo e coercitivo:

Para fazer sentido, a noção de Estado também teria de incluir as bases da estrutura política da sociedade civil. Gramsci pensava nessas bases em termos históricos concretos - a Igreja, o sistema educacional, a imprensa, todas as instituições que ajudavam a criar nas pessoas certos tipos de comportamento e expectativas coerentes com a ordem social hegemônica. (COX, 2007, p. 104)

Para tanto, Gramsci caracteriza como essencial para a consolidação de um poder hegemônico a combinação entre elementos de consentimento e coerção, sendo este último já inerente ao aparato do Estado, mas que deve ser utilizado apenas em ocasiões específicas, se mantendo latente. Se afastando de uma conceituação de poder tradicional, em que a coerção é predominante, Gramsci apresenta uma nova faceta que configura a esfera de poder hegemônico, abrangendo o poder a partir de novos conceitos relacionados à questão social e sua estruturação dentro do delimitado Estado quanto aparato administrativo. (COX, 2007)

Como forma de estruturar a relação hegemônica dentro da sociedade, Gramsci ressalta a importância da construção de instituições e elaboração de ideologias. Através desses dois pontos centrais, a hegemonia é consolidada, apresentando à camada subordinada os interesses da classe dominante de forma universal e satisfatória, sem que haja uma contestação desses interesses (COX, 2007). Isso evidencia a importância dos aspectos estruturais de uma sociedade que, habitualmente, são abstraídos da consciência política da população e considerados

estáticos, representando de fato os valores defendidos por um grupo específico responsável por essa relação de subordinação.

Robert Cox (1981) também evidencia os pontos estruturais significativos para a sustentação da força hegemônica, definindo como um tripé entre as instituições, a ideologia e as capacidades materiais. A institucionalização aqui vai ao encontro ao argumento de Gramsci, representando uma forma de perpetuação de determinada ordem que legitima as relações de subordinação na sociedade, minimizando o uso da força e expressando seus interesses de forma universal, ao contrário de algo imposto de maneira ditatorial. As ideias se caracterizam como algo que permeia a sociedade de forma subjetiva, através de noções compartilhadas sobre a natureza das relações sociais que tendem a gerar hábitos e expectativas de comportamento. Cabe ressaltar a importância dos significados intersubjetivos que caracterizam a natureza das relações sociais, pois através desta noção será possível obter um entendimento da atuação da *Fox News* em relação à opinião pública da época, reiterando a política externa do governo Bush após o 11/09. Para além dos significados intersubjetivos, Cox evidencia a importância das imagens coletivas mantidas por diferentes grupos dentro da ordem social vigente que, em contraste com os significados intersubjetivos que são mais amplos e constituem a base do discurso social, podem abordar ideias diversas e contrastantes (COX, 1981). A partir desse contraste, há a emergência de caminhos alternativos de desenvolvimento podendo interferir na base material e institucional da ordem atual, de forma a ser substituída por uma estrutura alternativa. A terceira força categorizada é relacionada às capacidades materiais, compreendida como os potenciais produtivos e destrutivos concretizados através de capacidades tecnológicas e materiais.

Em interação, as três forças supracitadas constituem a respectiva estrutura social histórica que se insere nas esferas do processo de produção, da estruturação de um Estado e da definição das ordens mundiais. Essas esferas se apresentam como inter-relacionadas de forma não-linear, tendo capacidade de afetar uma à outra, cada uma contendo e suportando o impacto das outras (COX, 1981). Dessa forma, se estabelece de forma mais completa o processo de construção hegemônica no decorrer da história, divergindo da corrente Neorrealista que analisa a ordem mundial reduzida à dimensão da força material, relegando a uma posição secundária os aspectos sociais e institucionais (COX, 1981). No âmbito internacional, o processo de colocar em foco apenas os aspectos materiais do Estado não estabelece necessariamente uma relação de hegemonia para com o restante do mundo, retomando a necessidade de um consenso

fundado na esfera internacional. A exemplo disso, cita-se a diferença do entendimento da hegemonia na *pax britânica* e *pax americana*.

A projeção de poder britânica foi embasada principalmente em sua supremacia marítima, inclusive administrando acordos comerciais respaldados no liberalismo econômico que foi amplamente aceito na época (COX, 1981), isso somado ao caráter ideológico universalista que era atrelado aos acordos visava harmonizar os interesses dos Estados e, por fim, reafirmar a capacidade marítima da potência. A partir do momento que sua superioridade no âmbito marítimo foi contestada, com ausência de instituições internacionais que reforçassem sua ideologia e crença no difundido liberalismo econômico, o conceito de hegemonia foi reformulado a partir de um novo ator poderoso na esfera internacional: os Estados Unidos. Em contraste com a projeção britânica, os Estados Unidos deteve uma *pax* mais rígida, com alianças que definiam sua ideologia divergente da que a potência soviética antagônica possuía. A partir dessa esfera internacional bipolar, se estabelecem condições necessárias para o desenvolvimento da economia capitalista global tendo os Estados Unidos como ator central para a disseminação da nova ordem econômica mundial, posição essa que foi perpetuada a partir da criação de um número significativo de instituições que formam a comunidade internacional atual.

Portanto, em contraste com a hegemonia britânica, o crescimento do poder material estadunidense no período entre guerras não foi o único ponto de sustentação para transformar a potência em uma nova hegemonia (COX, 1981), o que tornou as questões ideológicas e institucionais essenciais para a ascensão de uma nova ordem mundial regida pelos Estados Unidos. Como exemplo, Cox cita a “Era Roosevelt” que rejeitou a velha hegemonia com o abandono do padrão ouro e incorporação dos princípios do *New Deal* na base ideológica da nova ordem mundial em conjunto com a construção de instituições que administrassem essa nova ordem. Isso evidencia a importância de uma base ideológica forte, sustentada por instituições internacionais que perpetuem os valores defendidos pela potência hegemônica atual, como forma de garantir a projeção de seu poder, formulando o conceito de hegemonia como uma noção conjunta de ideias, instituições e poder material. Essa interação acaba sendo essencial para um entendimento mais complexo acerca da atuação internacional da potência estadunidense, das justificativas para as inúmeras intervenções que caracterizam sua política externa à forma em que foram e ainda são concretizadas. Para além do uso da força material, em muitos casos a potência recorreu às instituições internacionais em busca de respaldo para

suas políticas intervencionistas sob o lema de visar a liberdade, paz e segurança dos outros membros da comunidade internacional.

Essa noção distinta do conceito de hegemonia converge para a construção de um novo imperialismo. Não somente baseado na força, mas que também visa uma projeção externa do consenso ideológico estabelecido pelos Estados Unidos. Essa nova formação do sistema de Estados evidencia o domínio do Estado imperial em relação aos Estados restantes colaboradores e subordinados que possuem funções complementares nesse novo sistema. A partir desta análise, Cox evidencia os Estados Unidos como o centro dominante dessa estrutura imperial que difunde sua influência através de organizações interestatais de capital expansivo para perpetuação de uma periferia dependente. A periferia estabelecida torna-se palco de maior aplicação de força por parte do Estado dominante, tendo em vista a posição periférica de maior desgaste do consentimento e de maior suscetibilidade de ascensão de forças sociais que contestam essa relação de subordinação.

A internacionalização do Estado foi mais perceptível a partir do pós-Segunda Guerra, com uma institucionalização da hegemonia como forma de consolidação da economia mundial capitalista, a exemplo do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial que se aprofundaram na aplicação de normas de assistência financeira. Da mesma forma, essa normatização foi expandida para as políticas nacionais dos Estados colaboradores da nova ordem mundial, por meio de instituições como a OTAN, criada principalmente visando a reconstrução da Europa Ocidental e a segurança dos Estados-membros de uma ameaça comunista (COX, 1981). Nesse sentido, pressões que ocorriam na esfera internacional começaram a ter efeitos sobre a política nacional dos países subordinados configurando uma harmonização de ajuste mútuo de políticas econômicas e, por conseguinte, maior integração das economias nacionais à economia mundial.

Perry Anderson (2003) em seus estudos complementa o caráter consensual da potência estadunidense aliada a significativa capacidade material produtiva que a mesma detém. Não somente em relação à anterior hegemonia britânica, mas também para a sustentação de sua posição superior perante a comunidade internacional após a queda britânica. Visando manter a segurança do sistema capitalista, principalmente a partir do final da Guerra Fria, destaca-se a primazia de sua atuação externa que buscou uma homogeneidade dos valores difundidos internacionalmente a seu favor. Nesse contexto, a capacidade de internalização por outras partes do mundo de valores defendidos pelos Estados Unidos se mostrava como um traço essencial para o sucesso da hegemonia (ANDERSON, 2003). Institucionalmente, à exemplo, vemos esses

valores adquirirem um caráter consensual em órgãos das Nações Unidas, como o Conselho de Segurança. Durante a Guerra do Golfo e a busca por apoio à denominada Tempestade no Deserto, os Estados Unidos foi capaz de assegurar amplo apoio dos membros à sua campanha representando o que Perry classificou como uma afirmação ideológica da única superpotência da época, através do “consenso da diplomacia americana” (ANDERSON, 2003, p. 9). Certamente, tendo em vista a grande diversidade dos membros participantes destes órgãos, o consentimento não se evidencia como total. Dessa forma, emerge outro conceito que complementa os aspectos de força e consentimento da teoria Gramsciana, a corrupção. No âmbito das instituições internacionais, a corrupção pode ser usada como forma de angariar apoio às políticas externas de superpotências que poderiam não ser exitosas, através da compra de votos e persuasão do antagonista, neste caso, referente aqueles possuidores do poder de veto. Perry exemplifica seu uso na própria Assembleia Geral das Nações Unidas, seja através de induções econômicas ou comerciais:

As induções econômicas para concordar com o desejo dos Estados Unidos se ampliaram na Rússia pós-comunista, dos empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) ao financiamento e organização secretos das campanhas eleitorais de Yeltsin (...) O consentimento comprado nunca é o mesmo que o dado, mas para os propósitos práticos, ele era suficiente para fazer as Nações Unidas voltarem a algo como os dias alciónicos no início da Guerra da Coréia, quando a posição norte-americana foi quase automaticamente aprovada (...) Em meados dos anos noventa, as Nações Unidas tinham se convertido virtualmente em um braço do Departamento de Estado assim como o FMI é um braço do Tesouro Norte-Americano. (ANDERSON, 2003, p. 10)

Dessa forma, as condições para a formulação da política externa estadunidense afirmam uma liberdade de atuação significativa, em que o confronto perante aqueles que contestam os valores e estrutura social hegemônica se torna mais acentuado. Esse cenário facilitou a incursão estadunidense em territórios orientais, uma região estratégica para sua atuação externa, tendo em vista que o Oriente Médio é uma região na qual não há regimes ‘confiáveis’ capazes de transmitir a hegemonia cultural e ou econômica estadunidense e, também, detentora dos maiores campos petrolíferos do mundo (ANDERSON, 2003). O aspecto cultural, aliado à sua capacidade produtiva, ofereceu a perfeita relação que estendeu o alcance de sua hegemonia. Com a riqueza econômica derivada das primeiras linhas de produção capitalistas do mundo, os Estados Unidos foi capaz de intensificar o avanço tecnológico voltado à produção cultural. Dessa forma, criou-se um imaginário mundial acerca da forma de vida ideal proporcionada apenas pelos moldes do capitalismo e os valores intrínsecos a este sistema (ANDERSON,

2003). Este espelhamento cultural se mostrou como uma ação de sucesso mundo afora através de narrativas e esquemas visuais repetitivos que fornecem universalidade suficiente para maior noção de identificação em outros locais do mundo, principalmente no resto do Ocidente, e, portanto, criando um entendimento geral que classificava o estilo de vida e modo de produção capitalista como o único capaz de existir.

Com o contexto supracitado, evidencia-se a necessidade da construção de uma noção social que ampare a posição hegemônica. Em âmbito interno, estes valores servem de unidade para seus cidadãos, garantindo uma convergência destes para com a atuação da potência hegemônica, através da criação de expectativas de comportamentos e reações. Enquanto que, internacionalmente, a necessidade de uma expansão ideológica e de valores serve de base para que a existência unilateral do sistema capitalista, bem como as intervenções em outros Estados por meio do hegemom, sejam justificadas. Esse período representado pela égide estadunidense, de acordo com Stephen Gill e David Law (2007), ficou reconhecido como um novo bloco histórico internacional de forças sociais, centrado nos Estados Unidos, representando um momento de formação orgânica de alianças (GILL; LAW, 2007). O bloco histórico foi constituído a partir da emergência de forças sociais internas que se expandiram além do território estadunidense, nas tentativas exitosas de criação de uma comunidade política transatlântica. A capacidade de sobrepujar uma estrutura hegemônica em âmbito internacional deriva de um cenário interno em que o poder da classe dirigente recai sobre as demais classes, algo parcialmente exercido por meio do aparato do Estado. Não somente através de sanções ou punições, mas também por meio de uma visão de liderança moral e intelectual (GILL; LAW, 2007). A classe dominante que detém os valores consentidos visa buscar coesão à interação entre diferentes grupos sociais e levar ao estabelecimento de uma vontade coletiva:

O bloco histórico é uma congruência histórica entre forças materiais, instituições e ideologias ou, de modo geral, a uma aliança entre diferentes forças de classe (...) Um bloco bem-sucedido era politicamente organizado em torno de um conjunto de ideias hegemônicas que davam alguma coerência e direção estratégicas a seus elementos constituintes. (GILL; LAW, 2007, p.158)

Portanto, o plano ético-cultural de extrema importância para o estabelecimento do hegemom se define como os próprios valores, práticas e saberes que são reproduzidos na sociedade de forma universal. A partir do consenso social acerca dos valores e princípios difundidos por uma classe específica, estes se tornam legítimos e superam as outras crenças quanto à constituição do comportamento social. Dentre a esfera da sociedade civil, a

disseminação de fundamentos do plano ético-cultural da classe dominante se refere a instituições como o sistema educacional, os meios de comunicação, a igreja, dentre outras.

2.2 A comunicação como ferramenta na criação de um consenso na estrutura hegemônica

Como forma de buscar maior aprofundamento na perspectiva dos meios de comunicação como atores no estabelecimento do consenso social que opera de forma inerente à estrutura hegemônica, cita-se a teoria da comunicação de Manuel Castells (2009). O autor argumenta que a partir do desenvolvimento tecnológico dos anos 1970 voltado à tecnologia de informação, a comunicação deixou de se tornar um aparato apenas voltado às operações militares e passou a cada vez mais representar uma esfera da sociedade civil, consolidando-se de forma contínua como apoio ao campo ético-cultural da estrutura hegemônica. Portanto, sendo capaz de deter significativo poder político referente tanto ao Estado quanto às classes dirigentes que convergem aos interesses do Estado em âmbito social. Castells apresenta o poder como a capacidade de um ator social de influenciar de forma assimétrica as decisões de outros atores sociais, no sentido de favorecer as vontades daquele que detém o poder, construindo uma capacidade relacional de poder (CASTELLS, 2009). Para o autor, os meios em que o poder é exercido se aproxima à ideia de Gramsci, podendo ser operado através da coerção e ou por intermédio da construção de significados da base dos discursos através dos quais os atores sociais detentores de poder guiam sua conduta (CASTELLS, 2009), ou seja, criando um consenso social.

Essa relação de poder é legitimada através das instituições da sociedade que podem ou não sofrer mudanças, tendo em vista que a relação de poder pode sofrer resistência significativa por parte do receptor, alterando, desta forma, as condições que definem esta relação. Ademais, não somente através de instituições da sociedade civil, mas a própria instituição do Estado se define como uma relação de poder perante seus cidadãos (CASTELLS, 2009), em que o respeito a esta instituição soberana advém de uma dominação que é caracterizada tanto pela coerção quanto pelo discurso da autoridade. Castells remete à Jürgen Habermas (1976) para sustentar seu argumento ao definir que o Estado só foi capaz de consolidar seu poder através de sua legitimação. A legitimação para o aparato do Estado pode ocorrer por meio de procedimentos como a instauração de uma democracia em que o agente soberano é definido como uma instituição representativa dos processos que em conjunto definem esse modelo de regime. Portanto, para que o processo de legitimação seja consolidado, a estruturação de um Estado

democrático necessita ser amparada pela construção de discursos e valores compartilhados que garantam o consentimento de seu público-alvo e, portanto, a crença nesta instituição.

As instituições que derivam da sociedade e caracterizam o Estado democrático advêm das posições estruturais de seus atores em diferentes níveis da prática social: no âmbito econômico (produção, consumo, intercâmbio), tecnológico, ambiental, cultural, político e militar. Cada uma destas estruturas produz suas próprias relações de poder dentre as instituições, que podem ou não ser desafiadas. A amplitude destas relações também varia, podendo se limitar ao individual, local, nacional e global (CASTELLS, 2009). O Estado, em suas diferentes formas históricas, é um expoente que detém significativo poder e acaba por concentrá-lo através da dominação institucional que necessita interagir com os atores da sociedade. A dominação estatal ocorre através de discursos disciplinadores que se estendem a outras esferas da formação e ação humana. Isto é, os discursos disciplinadores propagados pelo Estado, à exemplo do poder baseado em um discurso estruturalmente patriarcal-heterossexual, é suportado pelo potencial uso da coerção e, desta forma, interiorizado pela sociedade (CASTELLS, 2009). As principais fontes disseminadoras dos discursos estruturalmente normalizados são as instituições e para-instituições estatais, como instituições religiosas, universidades e meios de comunicação.

Marilena Chauí (2019) em seus estudos afirma a relação existente entre o modelo democrático e a instauração dos meios de comunicação como exercício de poder. A democracia, em seu sentido ideal, representa, segundo a autora, a forma sociopolítica que garante os princípios de isonomia e isegoria¹ aos seus cidadãos. A igualdade e liberdade são os elementos primordiais, entretanto, os efeitos da desigualdade no mundo real operam como obstáculos para a concretização dos princípios supracitados. As instituições pertencentes ao sistema democrático servem de mediadores dos interesses conflituosos que emergem na sociedade, sendo capaz de legitimar a existência da desigualdade e, por conseguinte, de oferecer espaço para que os desiguais conquistem a igualdade e se apresentem como novos sujeitos políticos na construção do regime democrático (CHAUÍ, 2019). A liberdade, na democracia, representa a autonomia dos diferentes sujeitos políticos e sociais de proposição em contrapoderes sociais. Entretanto, em um cenário democrático capitalista também representa a retirada de obstáculos para a competição em seus diversos âmbitos, principalmente a partir da intensificação do neoliberalismo:

¹ Igualdade dos cidadãos perante a lei e direito de todos de expor em público suas opiniões, respectivamente.

A esses obstáculos podemos acrescentar ainda aquele decorrente do neoliberalismo, qual seja o encolhimento do espaço público e o alargamento do espaço privado. Economicamente, trata-se da eliminação de direitos econômicos, sociais e políticos garantidos pelo poder público, em proveito dos interesses privados da classe dominante, isto é, em proveito do capital (...) o encolhimento do público e o alargamento do privado colocam em evidência o bloqueio a um direito democrático sem o qual a cidadania, entendida como a participação social, política e cultural, é impossível, qual seja, o direito à informação. (CHAUI, 2019, p. 17)

Dessa forma, os meios de comunicação detêm um aspecto especialmente econômico, formulando um cenário em que o porte de investimentos e a perspectiva de lucros desse ramo levou grupos proprietários das mais diversas áreas (bancos, indústria metalúrgica, fabricantes de armamento, entre outros) a adquirirem potencial produtivo em jornais, revistas, serviços de telefonia, televisão, dentre outros. Dessa forma, destaca-se a acumulação e concentração capitalista no setor, em que companhias globais adquirem posições de domínio na mídia e monopolizam o conteúdo, o acesso e a transmissão de informações. Chauí afirma como este aspecto econômico de monopólio fere a isonomia e isegoria referente à democracia, dificultando que os cidadãos se informem e opinem e, conseqüentemente, de intervir politicamente. Ademais, de acordo com Dênis de Moraes (2013), são estas corporações que definem os megagrupos midiáticos detentores das propriedades dos meios de comunicação, da infraestrutura tecnológica e das bases logísticas que regem os processos de produção na esfera da comunicação. Segundo dados da revista *Fortune*, derivados de uma pesquisa realizada em 2012, da receita mundial de US\$ 1,6 trilhão com mídia e entretenimento em 2011, apenas sete megagrupos – Disney, News Corporation, Time Warner, CBS, Viacom, CC Media Holdings e Live Nation Entertainment – acumularam juntos US\$ 145 bilhões em 200 países (MORAES, 2013). Portanto, o mercado midiático apresenta um nível de rentabilidade significativo, o que apenas perpetua a presença esmagadora da classe estruturalmente dominante em um setor de papel significativo no estabelecimento do contexto de consenso democrático.

Tendo em vista o surgimento inicial dos fluxos de comunicação nos centros e instituições de dominação, Noam Chomsky (2014) em seus estudos também ressalta a concentração da mídia em um pequeno grupo de atores que, patrocinados e apoiados pelo próprio Estado (por vezes sendo o próprio Estado), tem conseqüências importantes na sociedade, construindo o consenso da população para com o discurso da classe dominante acerca de temáticas diversas. Principalmente no campo político, Chomsky analisa a teoria de Walter Lippmann para reafirmar a estrutura social vigente em que uma pequena elite, somada à respectiva comunidade intelectual, operam como gestores ativos dos assuntos de interesse

público, definindo a “classe especializada” (CHOMSKY, 2014). Enquanto que a outra classe, a maior parte da população, opera como espectador e, portanto, não ator na democracia com manifestações esporádicas ao proferir suas preferências perante a classe especializada.

Desse modo, a segunda classe, referente a maior parte da população, não possui atuação em assuntos decisivos no âmbito público, sendo necessária apenas para criação de um consenso que converge aos interesses da “classe especializada” e, por conseguinte, reforça a crença nas instituições que foram projetadas por estes mesmos grupos dominantes. Castells ressalta o aspecto estrutural da concentração das redes de comunicação que transpassam qualquer limite histórico e se evidenciam como a espinha dorsal das sociedades. A concentração das redes nas históricas organizações e ou instituições verticais se evidenciam na construção dos Estados, aparelhos religiosos, exércitos, senhores de guerra, entre outros (CASTELLS, 2009). São estas as organizações detentoras de poder social através de fluxos de comandos e controle.

A dominação da classe especializada se dá através da comunicação de massas, pois detém preferencialmente o aspecto unidirecional, em que a informação/conhecimento é enviado de um centro para muitos por meio de livros, filmes, rádio e televisão (CASTELLS, 2009). Cabe ressaltar que mesmo com os grandes avanços no ramo da internet e comunicações sem fios, ainda há significativa desigualdade quanto ao acesso a estas redes que tendem a reproduzir as estruturas sociais dominantes baseadas por classe, raça, etnia, gênero e idade entre países e bem como internamente (CASTELLS, 2009). Dessa forma, há uma tendência histórica da concentração do controle das redes de comunicação em um grupo seletivo, algo nítido tanto no período de difusão do rádio, da televisão e imprensa nos seus períodos de surgimento, quanto a partir do fenômeno da internet, representando um conjunto de mídias de massas (CASTELLS, 2009).

Além disso, a consolidação de organizações verticais e hierárquicas na sociedade, como o próprio Estado, só foi possível a partir da criação de discursos e valores compartilhados que simbolizaram a crença comum na instituição soberana como defensor dos interesses dos cidadãos através do seu debate na esfera pública criando, assim, um cenário de estabilidade institucional que, apesar de detentor do uso legítimo da força, busca se consolidar majoritariamente através de um consenso enraizado na sociedade. Embora houvesse a construção da ideia coletiva do Estado democrático, o poder se conceitua para além de seu caráter distributivo e coletivo exibindo, também, aspectos funcionais e exploradores que são utilizados pelos mesmos indivíduos das classes especializadas para a conquista de seus objetivos individuais, estabelecendo relações de poder cooperativas. Enquanto que no âmbito

de objetivos coletivos, cria-se a organização social e a divisão do trabalho, visando uma obediência das classes inferiores receptivas ao discurso (CASTELLS, 2009), desta forma, institucionalizando seu controle através de normas dos respectivos grupos sociais.

Chomsky afirma que através da relação assimétrica de poder entre a classe detentora dos meios de comunicação e o público receptor, destaca-se a necessidade de impedir a organização coletiva de grupos da sociedade em contexto de desigualdade que visam obter um papel ativo na construção do regime democrático. Portanto, para que haja estabilidade no sistema vigente, é necessário manter as pessoas atomizadas, segregadas e isoladas (CHOMSKY, 2014), evitando, assim, a capacidade de atuação destes grupos. Um exemplo que o autor aborda é a fórmula do “Vale Mohawk” utilizada por dirigentes das classes sociais empresariais dos Estados Unidos, detentores de recursos econômicos para investimento na área de relações públicas. Em um contexto de crescimento dos sindicatos e da capacidade de organização dos trabalhadores, na década de 1930, os empresários das respectivas companhias investiram significativamente no discurso de tornar a imagem dos trabalhadores como “baderneiros”, nocivos para o restante da população e contrários ao interesse geral, reiterando o elemento de “trabalho conjunto na busca pela harmonia e pela defesa do americanismo” (CHOMSKY, 2014, p. 6), algo que visava perpetuar a estrutura de interação social estabelecida a partir da instauração do regime democrático estadunidense. O uso dessa estratégia foi eficaz e, por consequência, replicada em outros cenários de greve, evidenciando o sucesso do uso do consentimento em comparação ao simples uso da coerção. Dessa forma, a democracia se apresenta como um conjunto de instituições que operam para um sistema em que a classe especializada é treinada para trabalhar a serviço daqueles “donos da sociedade” (CHOMSKY, 2014, p. 7).

Ademais, o poder ideológico dos meios de comunicação é definido por meio da “ideologia de competência” (CHAUÍ, 2019, p. 19), assegurando que há uma distinção social entre quem detém o direito de falar e quem deve ouvir, de determinar as circunstâncias em que é permitido ouvir e falar, além de definir o conteúdo e a forma que este deve ser divulgado. Portanto, há a definição de uma figura especialista nos meios de comunicação, a que representa os conhecimentos e saberes a serem transmitidos aos ouvintes que devem obedecê-los. Estabelecido esse novo sujeito da comunicação de massas, seu poder se concretiza por meio da manipulação e intimidação social e cultural como forma de reafirmar a incompetência de seu público (CHAUÍ, 2019). A possibilidade das ações de intimidação e manipulação ocorre por meio da presença cotidiana do conceito de competência em todas as esferas da vida

racionalizando essas divisões, assimetrias, desigualdades e hierarquias sociais, representando uma interiorização da ideologia de competência pelas próprias instituições sociais. Ademais, a especialização possui uma manifestação reiterada nas estruturas dos meios de comunicação através de seus aparatos tecnológicos e procedimentos de persuasão (CHAUÍ, 2019).

Elaborar e impactar a criação de ideias e conhecimentos é de grande importância, principalmente no contexto atual de uma sociedade globalizada, apoiada pelo grande avanço tecnológico das redes que conectam os modernos Estados-nação. O processo de produzir conhecimento é capaz de criar e destruir a confiança em instituições que se apresentam como estruturalmente superiores. Dessa forma, a noção de Estado atualmente não mais se limita ao caráter coercitivo, designando-se de “nação” ao ampliar seu atributo a uma comunidade cultural que é responsável pela produção do Estado em si, reivindicando o monopólio da violência em um território delimitado (CASTELLS, 2009). Chomsky afirma que a partir do estabelecimento do Estado como representante da sociedade democrática, por conseguinte se afastando da noção totalitária e explicitamente militar, a recorrência às técnicas de propaganda política tornou-se cada vez mais frequente.

Todas as estratégias de criação de consenso na opinião pública nacional visam, de acordo com Chomsky, expandir um sentimento vital de insegurança e medo na população. As informações e conhecimento repassados pela mídia que, de acordo com o autor, também representa um monopólio coletivo, em que todas as emissoras detém o mesmo ponto de vista, propagam um discurso de confiança única no Estado para o combate ao inimigo interno e externo. Tornar o público apático e instigá-lo a sentir medo independente do ator antagônico que seja, tornou-se primordial para as políticas externas intervencionistas da potência estadunidense, bem como para definir “a essência da democracia” (CHOMSKY, 2014, p. 8). Como no período da Primeira Guerra Mundial, a população durante o período da Guerra Fria também não engajou de forma ativa a favor do envolvimento do país em conflitos no exterior, um processo que ficou conhecido de “Síndrome do Vietnã” (CHOMSKY, 2014, p. 10) e que foi caracterizado como uma crise no regime democrático pelo intelectual Norman Podhoretz.

A síndrome é referente à existência de um consentimento na opinião pública que se posicionava contra a violência durante a intervenção no Vietnã e que, conseqüentemente, afetava o êxito da política externa intervencionista dos Estados Unidos. Uma das tentativas, durante o conflito, para evitar que se propagasse uma opinião pública negativa quanto à situação foi a de reformular a história e os fatos referentes à guerra que se sucedia. A manipulação de informações visa unicamente tornar a ação intervencionista em uma atitude defensiva e, dessa

forma, necessária para a conquista da paz sob a ótica do regime hegemônico estadunidense, algo que foi estendido no período pós-Vietnã (CHOMSKY, 2014).

A manipulação dos fatos só é possível a partir da concentração de poderes dos meios de comunicação capazes de formar a opinião pública (CHAUÍ, 2019). Devido ao caráter privado dos meios de comunicação tradicionais (jornal, rádio, cinema, televisão), estes acabam por exprimir os interesses de seus detentores limitando a liberdade de expressão que é idealmente difundida como um dos pilares da democracia. Portanto, esse contexto tornou os elementos de veracidade e exatidão em princípios secundários da comunicação, substituindo-os pelas noções de credibilidade/plausibilidade e confiabilidade. Os fatos dão lugar a declarações que aparecem como críveis ou plausíveis, apresentadas por alguém pré-definido como ‘especialista’ e ‘competente’, portanto confiável em relação ao tema. Dessa forma, a divulgação de preferências, no lugar de informações, se converte em propaganda, independente da esfera social a que se refere (CHAUÍ, 2019). Assim como Chomsky, Chauí reitera o apelo das autoridades em informações que ativam sentimentos e emoções no lugar da racionalidade dos receptores, transformando o lugar de opinião pública em uma “manifestação pública de sentimento” (CHAUÍ, 2019, p. 23) que exprime os objetivos e interesses políticos das classes dominantes em concordância com a atuação do Estado.

Ainda no que tange à atuação da mídia em período de conflito externo, principalmente no cenário de constantes intervenções da hegemonia estadunidense, a neutralidade e caráter unicamente informacional e factual de informações são suspensos. De acordo com Oscar Forner e Maria Aparecida Silva (2017), em momentos de tensão que envolvem a atuação internacional do país, há uma tendência à redução da diversidade de opiniões, o que torna a imprensa uma ferramenta de guerra. Como citado anteriormente, a construção do consenso nacional opera majoritariamente através da disseminação de sentimentos e emoções, portanto, em um cenário de guerra, a imprensa geral adere ao sentimento nacional, utilizando-se de uma linguagem muito mais pessoal e inclusiva. Em diversos momentos históricos, essa estratégia foi utilizada pela potência, como no caso da Segunda Guerra Mundial:

Segundo Heen (2012, p. 671), a sociedade norte-americana tinha como característica o preconceito contra quem não pertencesse ao grupo White, Anglo-Saxon, Protestant (essa adjetivação foi popularizada sob a sigla WASP), principalmente contra latino-americanos, orientais e negros. Tal fator, somado ao intensivo trabalho de desumanização do inimigo oriental, elaborado pelos responsáveis pela propaganda de guerra e pela imprensa, fez com que a sociedade visse no ódio aos japoneses o motivo principal da guerra. (FORNER, SILVA, 2017, p. 10)

Isso alterou a reação da opinião pública referente à atuação estadunidense. O que na década de 30 representava a preferência isolacionista da população quanto a assuntos externos, em 1941 representou uma alteração dos ânimos da sociedade que agora encontrava-se pronta para se arriscar na guerra e ajudar os aliados contra os alemães e japoneses. Tal exemplo apenas espelha a convergência entre as classes dominantes e a atuação do Estado. A partir da aliança com os meios de produção e disseminação de conhecimento e informação, o poder de adaptação da propaganda política por seus diversos meios torna-se exitoso. Portanto, constrói-se a opinião pública e fomenta-se uma imagem por vezes desumana do inimigo no imaginário social dos indivíduos da sociedade, caracterizando os meios de comunicação como significativamente contribuintes aos esforços de guerra, principalmente em um país com uma indústria cultural tão robusta quanto a dos Estados Unidos, como será exposto sucessivamente

3. A ASCENSÃO DA HEGEMONIA ESTADUNIDENSE: UMA REVISÃO DE SUA POLÍTICA EXTERNA

Nesse contexto de aplicação da Teoria Crítica Gramsciana na pesquisa, é necessário destacar o processo de construção histórica dos Estados Unidos como líder hegemônico no sistema internacional estabelecido, principalmente, ao final da Segunda Guerra. A partir de uma revisão histórica de sua política externa, vemos que o investimento no setor militar e tecnológico é algo que se manteve estável no decorrer das décadas. Entretanto, para além de sua expansão econômica como fornecedor armamentista de conflitos generalizado ao redor do globo, a expansão do modelo econômico capitalista também se deu pelo forte elemento gramsciano da institucionalização de valores e de ideologias que condizem com a realidade estadunidense. Para tanto, será abordada a literatura acerca da história estadunidense a partir dos trabalhos de Cristina Pecequilo, Oliver Stone, Peter Kuznick, Cesar Guimarães e Luiz Bandeira que discorrem em detalhes sobre a forma que se deu a expansão da influência dos Estados Unidos na comunidade internacional.

Partindo da transição hegemônica entre Inglaterra e Estados Unidos, serão analisadas as bases que consolidaram essa passagem e como a primazia da atuação da nova potência no cenário internacional foi reiterada, seja por intermédio de artifícios multilaterais ou através de uma atuação unilateral defendida com maior rigor a partir da gerência neoconservadora no governo George W. Bush. Ademais, através de uma investigação histórica da política externa do país, será apontada a interação significativa que a coerção e consentimento possuíram para concretizar sua conduta hegemônica, sendo este último aspecto o de maior eficiência na pesquisa para melhor compreensão das incursões da potência de forma coercitiva em países politicamente mais instáveis em um cenário internacional pós Segunda Guerra que repudiava em seu discurso qualquer condição de violência. Nesse caso, será possível assimilar os pilares consensuais fundados nas redes de notícia que, por conseguinte, fortaleceram o discurso de atuação militar no Iraque a partir de 2003.

3.1 A transição hegemônica da Inglaterra para os Estados Unidos

Como supracitado, a posição de importância global dos Estados Unidos surge a partir do declínio da força marítima e, por conseguinte, da força material da atual potência britânica da época. A Inglaterra em seu apogeu foi fonte financiadora da tecnologia e inovação de considerável parte de outros países, com um fluxo significativo de exportação de bens de

capital. Segundo o historiador Paul Kennedy (1989), em contraste com suas inúmeras exportações que visavam indústrias estrangeiras, a indústria doméstica apresentava um crescimento lento que se encontrava em uma posição inferior às indústrias de potências como Alemanha e Estados Unidos, países que detinham uma mão de obra mais numerosa e recursos mais vastos.

A industrialização desses países, bem como também de outras potências como a França, Rússia e Japão levaram a uma corrida armamentista no âmbito naval contra a potência inglesa, que se via amplamente confrontada com a capacidade tecnológica e de recursos dos novos investidores na indústria. Na virada do século, anterior à Primeira Guerra, vemos uma Inglaterra que diminui relativamente sua participação na produção mundial, tanto na indústria tradicional do país quanto na indústria em crescimento voltada ao aço e produtos elétricos (KENNEDY, 1989). Amparada pela ideologia do comércio livre, vemos a partir do período entre guerras maior contestação por parte dos demais países avançados em relação ao movimento liberal difundido pela hegemonia, causando uma fissura no consenso ideológico e econômico em âmbito internacional. Isso somado aos custos das subsequentes guerras, com grandes empréstimos feitos pelos Estados Unidos para sua sustentação durante os conflitos, facilitou a emergência dos Estados Unidos como ator de liderança nesse cenário.

Geograficamente, a nova potência já detinha inúmeras vantagens sobre a Grã-Bretanha. Território extenso com significativa diversidade de recursos agrícolas e minerais que eram transportados por todo o território através de uma interconectada rede ferroviária que apenas crescia, como relata Kennedy (1989):

Entre o fim da Guerra Civil em 1865 e a deflagração da Guerra Hispano-Americana de 1898, por exemplo, a produção de trigo aumentou nos EUA em 265%, a de milho em 222%, a de açúcar refinado em 460%, a de carvão em 800%, a de trilhos ferroviários em 523%, e a quilometragem de ferrovias em funcionamento em mais de 567%. (KENNEDY, 1989, p. 236)

Por conseguinte, o país desenvolveu uma indústria coesa e estruturada com uma demanda crescente, tendo em vista o contínuo crescimento do mercado interno. À exemplo, em 1914, os Estados Unidos produziam anualmente 455 milhões de toneladas de carvão em comparação a 292 milhões de toneladas produzidas pela Grã-Bretanha (KENNEDY, 1989). Isso levou a um aumento considerável do seu Produto Interno Bruto (PIB) e a uma posição central no âmbito do comércio internacional, exportando principalmente produtos manufaturados.

No período da Primeira Guerra Mundial, o papel estadunidense foi central no fornecimento de armamentos, matérias primas e máquinas utilizadas em conflito por parte da Tríplice Entente, principalmente do ponto de vista da demanda inglesa. Além disso, houve um amadurecimento de seu setor financeiro, em que bancos estadunidenses aumentaram seus empréstimos e investimentos para ajudar os países europeus em conflito. Isso permitiu maior investimento do país na indústria interna tecnológica, além de um balanço comercial superavitário ao final do conflito. Segundo Giovanni Arrighi (2006), estes aspectos da guerra garantiram à potência emergente maior participação no núcleo financeiro internacional que, apesar de ainda relativamente inferior à consolidação da libra esterlina como moeda de reserva, beneficiava-se de um dólar norte-americano cada vez mais estável e de uma influência bancária progressiva.

Woodrow Wilson como presidente, em 1919, via em meio ao contexto catastrófico do final do conflito uma oportunidade de relegar aos Estados Unidos o papel de norteador da nova ordem internacional através da idealização da Liga das Nações que, no decorrer dos anos, seria esvaziada. O projeto, apesar de grande potencial tendo em vista os recursos econômicos e comerciais obtidos durante o conflito, sofreu com significativa resistência interna por parte do congresso estadunidense, afirmando que a participação na Liga representaria um desvio da política externa do país. Cabe ressaltar as características da política externa em questão que elucidam essa resistência interna contra uma agenda de maior envolvimento internacional do país em assuntos estrangeiros.

Como retrata Pecequilo (2011), o isolacionismo e unilateralismo dos Estados Unidos perante a comunidade internacional era amplamente difundido até o começo do século XX. A abertura do país se dava majoritariamente em aspectos comerciais que tendiam à manutenção de um ambiente internacional estável o suficiente para permitir o desenvolvimento doméstico. Para tanto, a distância no envolvimento de questões externas era o bastante apenas para garantir uma margem de manobra desejada em sua atuação que não interferisse em suas políticas por vezes intervencionistas e unilaterais no continente americano. Politicamente, se afastava do núcleo europeu, considerando que o continente já possuía um sistema político bem estruturado, sendo apresentado pelo viés estadunidense como um centro detentor de uma política corruptora e perversa (PECEQUILO, 2011). Por conseguinte, emergiu através da potência o discurso de um “Novo Mundo” americano como espaço para a construção de uma política renovada, estruturalmente correta e diferenciada da europeia.

Essa retórica permitiu aos Estados Unidos uma atuação intervencionista na América Latina, algo que já se manifestava em períodos anteriores ao século XX. Entretanto, a Primeira Guerra Mundial representou um marco de alteração da conduta da política externa estadunidense (PECEQUILO, 2011). A potência identificou a situação como uma ameaça à segurança do sistema internacional vigente, o que acarretou seu envolvimento no primeiro conflito fora do continente americano. A partir dessa interferência no conflito, o país passou a expandir seus interesses da agenda externa, representando o início do que viria a ser “o século americano” (PECEQUILO, 2011, p. 24).

3.2 Consolidação da hegemonia estadunidense após a Segunda Guerra Mundial: a institucionalização de seus valores na comunidade internacional e sua hegemonia financeira

A partir da Segunda Guerra Mundial, o país foi central em alianças militares-econômicas bilaterais e multilaterais que possibilitaram às companhias estadunidenses operarem com lucro internacional, mesmo com uma proteção comercial excessiva do mercado interno. Da mesma forma como na primeira Grande Guerra, a economia estadunidense nesse período foi sustentada significativamente pela produção voltada à indústria da guerra, com a consolidação das Forças Armadas do país, bem como se direcionando às demandas de seus aliados, fator decisivo para a recuperação econômica do país perante a crise que se instaurou com a queda da bolsa de valores em 1929. Ao final deste período e adentrando a Guerra Fria, os Estados Unidos não mais se limitava a sua significativa posição comercial, mas também assumiu liderança na comunidade internacional visando primordialmente a expansão da economia de mercado também por uma esfera ideológica.

Materialmente, fica claro o poderio estadunidense durante os períodos de guerras, ressaltado por políticas como o “Industrial Mobilization Plan” (IMP) e pela criação do “War Resources Board” (WRB) - elaborados ao final da Primeira Guerra. O plano visava aumentar a militarização do país perante possíveis ameaças securitárias, enquanto o Conselho era responsável por orientar politicamente o Exército e a Marinha em questões de mobilização de conflitos. Ademais, as duas esferas, em conjunto, foram essenciais para a concretização do programa “*Lend-Lease*”, aprovado em março de 1941, pois, com um plano que já buscava aumentar os dispêndios em defesa de forma preventiva, a potência assumiu uma posição excessivamente preparada de produtor em larga escala de artigos de guerra durante a Segunda

Guerra, sustentando a demanda dos Aliados através de empréstimos de armas e suprimentos em geral. Como afirma Thomas Morgan (1994):

O governo dos EUA se comprometeu a reequipar a Força Expedicionária Britânica para a defesa das Ilhas Britânicas. Sete milhões de rifles Enfield, 8.250 tanques e armas antitanque, 3.400 armas antiaéreas, 2.100 peças de artilharia e outros equipamentos e munições foram encomendados do "arsenal da democracia" para equipar e manter uma força de dez novas divisões britânicas. (MORGAN, 1994, p. 32, tradução nossa)¹

Para tanto, fica explícito o alcance da indústria estadunidense no período de conflito da Segunda Guerra financiando os Aliados e, dentre eles, a potência hegemônica da época. Continuamente, após o ataque à Pearl Harbor, Franklin D. Roosevelt declara guerra ao Eixo, estabelecendo o novo programa militar denominado “*Victory Program*” (1941) com novas metas de produção para a indústria militar - metas essas que buscavam um aumento considerável nas taxas de produção de aviões de combate, tanques, armamento, cargueiros e carros de combate (MORGAN, 1994, p. 32). O aumento da produção foi importante para demonstrar o poder militar e econômico da nova potência. Com o apoio material e de soldados, a entrada dos Estados Unidos na guerra contribuiu para a derrota alemã em 1945.

A produção e distribuição em massa de produtos, com aumento do *market share*, apresentou um Estados Unidos significativo em certos aspectos para a vitória aliada em 1945 o que, por conseguinte, facilitou o fortalecimento do padrão econômico capitalista, como afirmam Oliver Stone e Peter Kuznick (2015):

Houve um breve momento em que os Estados Unidos, sozinho entre os vencedores, estava no topo do mundo. Seu número de mortos foi de 405 mil, em comparação com os 27 milhões de pessoas da União Soviética. A economia estava em rápida expansão. As exportações mais do que dobraram em relação aos níveis do pré-guerra. A produção industrial tinha crescido 15% ao ano. Os Estados Unidos detinham dois terços das reservas de ouro do mundo e três quartos do seu capital investido. Estavam produzindo incríveis 50% dos bens e serviços do mundo. (STONE; KUZNICK, 2015, p. 64)

Esse cenário apenas reiterou a supremacia material que o país possuía na época, tendo em vista as dificuldades que a Europa passava no período de reconstrução. Continuamente, de acordo com a Teoria Crítica Gramsciana, um dos pilares que sustenta o poder hegemônico é a

¹ No original: The U.S. government obligated itself to reequipping the British Expeditionary Force for the defense of the British Isles. Seven million Enfield rifles, 8,250 tanks and anti tank guns, 3,400 anti aircraft guns, 2,100 artillery pieces, and other equipment and ammunition were ordered from the "arsenal of democracy" to equip and maintain a force of ten new British divisions. (MORGAN, 1994, p. 32)

capacidade produtiva e material que, após a Segunda Guerra, se desdobraria para aspectos institucionais na comunidade internacional. A nova potência viu no vácuo criado a partir do enfraquecimento dos países europeus pós-guerra uma oportunidade para fortalecer seu modelo econômico e ideológico. Foi após 1945 que, diferentemente do isolacionismo presente na política externa do país durante a Primeira Guerra Mundial, emerge uma potência estadunidense que assume plenamente o papel de artífice da ordem internacional, de características economicamente e ideologicamente liberal e multilateralista (PECEQUILO, 2011). Para isso, foi essencial a criação de instituições que propagassem e ainda reproduzem atualmente os valores ideológicos e econômicos da hegemonia em processo de consolidação.

Nesse contexto, foram elaboradas conferências, como a de Bretton Woods (1944), que derivaram em acordos que visavam uma reorganização monetária, tendo em vista o cenário desordenado que se encontrava o sistema monetário/financeiro mundial no pós-guerra. Os desdobramentos da conferência foram de suma importância para que políticas macroeconômicas de cunho liberal, como retratado por Milton Friedman na época, fossem propagadas em um âmbito global e, não obstante, representaram o que viria a ser o início do fenômeno da globalização e do enfim estabelecimento do capitalismo como modelo econômico vigente. Paralelamente, as conferências foram catalisadoras na estruturação de instituições financeiras mundiais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, além de representar as discussões iniciais do que futuramente viria a ser a Organização Mundial do Comércio. As primeiras organizações visavam primordialmente prestar apoio financeiro aos países que se encontravam abalados com as consequências da Segunda Guerra e da anterior crise financeira de 1929, enquanto a segunda refere-se à regulamentação de trocas comerciais entre os países por meio de sanções e multas em casos de divergência comercial. Cabe ressaltar que Bretton Woods foi essencial para a instauração do dólar como moeda de troca e para o total endurecimento da libra esterlina como moeda de reserva. Na época, o dólar possuía paridade com o ouro, tendo em vista as grandes reservas por parte da potência, incentivando todos os demais países, principalmente aqueles que possuíam uma economia avançada, a estipular um equilíbrio monetário com base na moeda estadunidense.

A liberalização e o incentivo à globalização em âmbitos econômicos e comerciais foi utilizado como discurso para a busca da paz e como fim para evitar que possíveis impasses comerciais escalassem a um conflito armado, e, de forma mais ambiciosa, instituiu a hegemonia dos Estados Unidos no sistema monetário-financeiro internacional. Stephen Gill (1988)

recapitula o contexto histórico do processo de transformação do dólar em moeda internacional, com indícios a partir do final da Segunda Guerra:

Desde a Segunda Guerra Mundial, o dólar dos Estados Unidos tornou-se a principal moeda de reserva por razões semelhantes àquelas que anteriormente se aplicavam à libra esterlina (...) Primeiro, os Estados Unidos têm sido o principal comerciante, investidor e doador de ajuda desde 1945, criando um mercado internacional para o dólar. Segundo, o dólar sempre foi totalmente convertível, não só em outras moedas, mas também, até 1971, em ouro. Terceiro, o dólar era credível, inspirando confiança em parte porque as taxas de inflação americanas antes dos anos 70 eram geralmente inferiores a 5% por ano. A confiança foi reforçada porque os Estados Unidos eram a economia dominante e o poder militar do mundo e como tal a sua moeda era considerada segura e protegida pelos investidores (...) O dólar é mantido nas reservas oficiais de quase todos os países. (GILL, 1988, p. 162, tradução nossa)²

Todos esses aspectos de aceitação generalizada do dólar como meio de pagamento e como reserva de valor representam a hegemonia financeira estabelecida a partir do referencial estadunidense, configurado através do processo denominado de “senhoriagem” (GILL, 1988, p. 161), referência medieval ao senhor feudal que cunhava as moedas dentro de seu feudo. Aqui, os Estados Unidos como “senhor feudal” detém total poder sobre o referencial monetário internacional utilizando o dólar como meio de troca para transações internacionais por outros países e também podendo pagar suas dívidas com a emissão da sua própria moeda. Por consequência, o país detém a capacidade de financiar, sem limite, os déficits de sua balança de pagamentos. Isso apresenta um cenário em que o mundo acumula dólares, que retornam aos Estados Unidos majoritariamente sob a forma de investimentos em títulos do tesouro público americano, conferindo à potência uma posição extremamente confortável que se sustenta a partir das transações e dívidas externas de outros países. Não por acaso essa relação de subordinação levou a países economicamente fortes, como no continente europeu, a criarem sua própria moeda, o Euro, que ameniza a dependência monetária para com o parceiro comercial estadunidense. (GILL, 1988)

Ademais, soma-se à encaminhada hegemonia financeira/monetária a construção de outros projetos e instituições que perpetuassem a ideologia multilateralista estadunidense. Nesse cenário emerge o Plano Marshall (1947) que, assim como as conferências de Bretton Woods,

² No original: Since World War II, the United States dollar became the main reserve currency for similar reasons to those which applied to sterling (...) First, the United States has been the leading trader, investor, and aid giver since 1945, creating an international market for dollars. Second, the dollar has always been fully convertible, not just into other currencies, but also, until 1971, into gold. Third, the dollar was credible, inspiring confidence partly because U.S. inflation rates before the 1970s were usually below five per cent per year. Confidence was enhanced because the United States was the world's dominant economy and military power and as such its currency was regarded as secure and safe by investors (...) The dollar is held in the official reserves of nearly all countries. (GILL, 1988, p. 162)

visava solucionar as adversidades decorrentes da Segunda Guerra e, da mesma forma, representava combater a influência soviética no continente europeu. O Plano tinha como objetivo principal fornecer ajuda financeira para reconstrução dos países da Europa Ocidental afetados pela guerra através de empréstimos a juros baixos e, em troca, os países europeus deveriam acatar as novas exigências econômicas com o compromisso de compra da produção estadunidense. Portanto, o modelo capitalista acabou sendo reforçado no continente em processo de reconstrução, que passaram a integrar ainda mais a economia estadunidense e, além disso, sustentou a contenção da esfera de influência comunista na região.

3.3 Atuação da potência no sistema internacional bipolarizado e configuração do multilateralismo após a dissolução da União Soviética

Como afirma Luiz Moniz Bandeira (2016), no espectro militar, com a indústria preventiva, a hegemonia estadunidense também perpetuou sua superioridade bélica, com a criação da OTAN (1949) e a adesão dos países europeus ao tratado. A organização também apresentava a mesma condição de bipolaridade referenciada no Plano Marshall, com o propósito de *“to keep the Americans in, the Russians out and the Germans down”*, conforme declarou o general Hastings Lionel Ismay, então secretário-geral da Aliança entre 1952 e 1957 (BANDEIRA, 2016, p. 27). Esse confronto com a potência soviética mostrava a necessidade dos Estados Unidos em submeter a Europa a sua produção e ao seu modo de consumo, nutrindo a agenda securitária do continente a partir de sua indústria bélica. Todos os projetos levados a cabo pelos Estados Unidos remontam à instauração do período da Guerra Fria e da bipolaridade do sistema internacional, período em que ambas as potências que mantiveram-se relativamente estáveis ao final da Segunda Guerra agora iniciavam um confronto por vezes não igualmente explícito aos conflitos de escala continental da primeira metade do século XX, mas que possuía objetivos igualmente ambiciosos de dominação e influência, como detalha Bandeira (2016):

E o conflito com a União Soviética foi então travado, mediante a competição armamentista, intervenções e golpes militares, guerras civis e/ou por procuração (proxy wars) entre terceiros países, guerra comercial, bem como através de operações encobertas e atos de terror e assassinatos, a cargo da Gladio e de uma rede de organizações paramilitares clandestinas — uma Stay-Behind-Strukturen, formada, na Europa Ocidental (1951), pela OTAN, CIA e pelos serviços de inteligência da Itália e de outros países, com fascistas, oficiais nazistas e agentes da Gestapo, a pretexto de resistir a uma eventual invasão da União Soviética, e com o comando central no Pentágono. (BANDEIRA, 2016, p. 28)

Os projetos desenvolvidos durante a Guerra Fria foram essenciais para o avanço tecnológico e científico das potências, principalmente aos Estados Unidos, que usufruiu da demanda derivada de países em conflito (*proxy wars*) ou dos próprios países membros da OTAN para investir, por exemplo, em melhorias tecnológicas no setor da comunicação que, primeiramente, pertenciam ao âmbito militar e por fim se desdobraram na atual era da informação. O aspecto informacional possui relevância significativa para a condução do papel hegemônico estadunidense, reiterando o pilar ideológico do país, tanto na esfera interna quanto externa, que será retratado em mais detalhes nos capítulos subsequentes.

Continuamente, percebe-se que a política externa dos Estados Unidos na Guerra Fria, em contraste com o início do século XX, não correspondia mais à condição isolacionista (BANDEIRA, 2016). As políticas intervencionistas e projetos de aparente paz que antes se limitavam ao continente americano, agora são expandidos em âmbito global, muitas vezes respaldados pelo multilateralismo contido em organizações internacionais como a própria Organização das Nações Unidas (1945), um outro exemplo de instituição elaborada após a Segunda Guerra Mundial sob a égide dos Estados Unidos. A nova política de *regime change* incrementadas pela CIA é um evidente exemplo das intervenções instauradas a partir do período de bipolaridade político-econômica, promovendo operações que apoiaram direta ou indiretamente golpes de Estado em países como Irã (Operação Ajax — 1953), Guatemala (Operação PBSUCCESS — 1954), Paraguai (1954), Tailândia (1957), Laos (1958–60), Congo (1960), Turquia (1960) e ordenando os preparativos para a invasão de Cuba (1959–1960) (BANDEIRA, 2016).

Cabe ressaltar os novos conflitos armados que contavam com o envolvimento das superpotências: Guerra da Coreia (1950-1953) e Guerra do Vietnã (1959-1975). O primeiro conflito remonta às resoluções da Segunda Guerra com um Japão de posição imperial perante a colônia coreana, agora enfraquecido, que acaba tendo sua posição substituída pelos Estados Unidos e União Soviética, com os interesses das superpotências sobrepujando as questões internas do país e, por conseguinte, eclodindo em um conflito que envolvia tropas da ONU e financiamento chinês e soviético de armamentos. Da mesma forma, o conflito no Vietnã também representou a disputa por influência das potências da época, com a divisão territorial nítida entre Norte e Sul e seus respectivos financiadores da comunidade internacional (União Soviética e China ao Norte; Estados Unidos ao Sul). Os resultados do conflito foram desastrosos aos Estados Unidos com um total de 58 mil baixas em seu exército, resultando em um entendimento público de fracasso por parte da potência capitalista e, por conseguinte,

significativa pressão interna para que fosse declarado o cessar fogo em 1975. (STONE; KUZNICK, 2015).

Apesar dos significativos esforços e limitada recompensa de seus dispêndios nos conflitos supracitados, foi na Guerra Fria que se deu também a importante expansão estadunidense no Oriente Médio, principalmente no Golfo Pérsico. A região é considerada uma das mais estratégicas do globo, concentrando os maiores campos petrolíferos - cerca de 70% das reservas mundiais. Portanto, para além da questão ideológica de contenção da União Soviética, a região possuía importância energético-econômica aos Estados Unidos, sendo capaz de suprir a demanda produtiva que sustentava o modelo de consumo baseado no emblemático *american way of life*, na década de 1950, como retratam Stone e Kuznick (2015):

No Irã, os britânicos pediram ajuda para a CIA, com advertências de que o petróleo do Oriente Médio estava ficando sob o controle soviético. Essa região rica em petróleo, desde o Mar Cáspio até o Golfo Pérsico, ao contrário da Coreia, era decisiva para os interesses ocidentais. (STONE; KUZNICK, 2015, p. 85)

O envolvimento dos Estados Unidos nas questões internas do Irã, através do financiamento do golpe de Estado de 1953, levaram as empresas petrolíferas ocidentais a receber 40% do controle acionário do novo consórcio, possibilitando à potência maior influência e conhecimento da região do Golfo Pérsico. A relação amistosa entre os dois países se deu até o momento de derrubada do xá Mohamed Reza Pahlevi, durante a Revolução Iraniana de 1979, amplamente liderada por um forte sentimento de antiamericanismo da população que reconheciam os Estados Unidos como cúmplice da supressão de liberdades da sociedade iraniana. Entretanto, esse seria apenas o início de inúmeras investidas estadunidenses na região do Oriente Médio, seja através de uma participação direta ou pelo financiamento de *proxy wars* contra o antagonico comunista. O regime de Jimmy Carter e de seu sucessor Ronald Reagan buscaram expandir sua influência para além da fronteira leste do Irã, no Afeganistão, um cenário que décadas mais tarde se tornaria novamente palco de intervenção estadunidense. Nesse primeiro momento, o envolvimento da potência capitalista, como em diversos projetos de política externa da época, visava impedir o crescimento da influência soviética na região por meio da denominada “Operação Ciclone” (1979), que propunha apoio mediante treinamento e envio de armamentos ao grupo de guerrilheiros fundamentalistas islâmicos que lutavam contra a invasão soviética, os *mujahedins*. Reagan e Casey transformaram o apoio limitado de Carter aos insurgentes afegãos na maior operação secreta da CIA até hoje, totalizando mais de três bilhões de dólares. (STONE; KUZNICK, 2015)

Cabe ressaltar que o envolvimento das potências estrangeiras no Afeganistão teve repercussão no que anos mais tarde viria a ser a formação de grupos como a al-Qaeda e o Talibã, a partir da retirada soviética do território e do contexto de recorrentes conflitos internos que assolaram o país por uma década, favorecendo o estabelecimento de um clima de insegurança e desordem que facilitaram o surgimento dos respectivos grupos extremistas (STONE; KUZNICK, 2015). Dessa forma, as políticas de interferência não somente representaram a garantia de seus valores ideológicos perante o inimigo comunista e sua segurança energética como representou consequências profundas na condução da política externa estadunidense do século XXI a partir dos atentados de 11 de setembro de 2001, condição que será investigada no decorrer da pesquisa.

Os gastos em defesa no decorrer da década de 1980 continuaram a crescer, principalmente a partir da presidência de Ronald Reagan (1981-1989). Segundo dados do artigo de James R. Anderson publicado pelo *International Journal of Health Services* (1981), para o período de 1982-1986 Reagan propôs o equivalente a US\$1 trilhão e 341 bilhões para gastos em defesa, ou quase US\$6.000 para cada homem, mulher e criança no país (ANDERSON, 1981, p. 623). Esse aumento nos gastos em defesa representa US\$40 bilhões por ano, o dobro do aumento anual proposto por Carter para os anos de 1981-1985. Como exemplo, cita-se o envolvimento na Guerra Irã-Iraque (1980-1988) e as intensas investidas em territórios latino-americanos estimulando os aspectos extremistas das ditaduras vigentes como, por exemplo, através do estabelecimento da Escola das Américas e seu respectivo treinamento de oficiais.

Partindo para a esfera da tecnologia e comunicação, Reagan também teve um papel significativo de ampliar o discurso conservador nas redes de comunicação. A Comissão Federal de Comunicação, com o apoio de Reagan, suprimiu a "Doutrina da Justiça", estabelecida em 1949, e que exigia das emissoras de notícias (rádio e televisão) a transmissão imparcial de pontos de vista antagônicos a respeito de assuntos de impacto público (STONE; KUZNICK, 2015). Essa nova atuação dos canais de comunicação foi essencial para uma modificação da gestão imagética do presidente e seu respectivo impacto na opinião pública interna, perpetuando inclusive no governo de seus sucessores democratas que, mesmo com ideais mais progressistas, procuravam demonstrar uma postura relativamente alinhada com características conservadoras (STONE; KUZNICK, 2015).

Ao final do mandato Reagan, o sistema internacional que vivenciava o contexto da Guerra Fria por mais de quatro décadas se deparou com o início de seu fim. Em novembro de 1989, a fronteira que delimitava a Alemanha Ocidental e Oriental deixou de existir, procedendo

inúmeras condutas que revelavam a derrocada desse sistema, até a efetiva dissolução da União Soviética em 1991. Por conseguinte, a política externa estadunidense foi igualmente afetada, como afirma Cesar Guimarães (2002). O conceito de contenção do comunismo fornecia, como retratado pela teoria hegemônica, uma condição de universalidade dos valores defendidos pelos Estados Unidos, que representava a posição soviética como inimiga não apenas do país, mas do sistema capitalista como um todo, fortalecendo o apoio principalmente de países de “Primeiro Mundo” a políticas intervencionistas de sua agenda externa. Sem a possibilidade de sustentar a legitimidade de suas ações através da norma de contenção, a mais nova única “superpotência” do globo deparou-se com uma dificuldade em definir seus interesses nacionais e, igualmente, em compreender a forma em que projetariam estes interesses na esfera internacional (GUIMARÃES, 2002).

George H. W. Bush, como forma de expandir a imagem de poder estadunidense, continuou a incursão em território médio-oriental através do conflito entre Iraque e Kuwait dando início à operação “Tempestade no Deserto” (1991), representando um marco da nova era da geopolítica estadunidense (STONE; KUZNICK, 2015), e que, conseqüentemente, teria reflexos na invasão ao Iraque na década subsequente. A nova operação originou a denominada Guerra do Golfo (1990-1991), com, de um lado, uma coalizão internacional liderada pelos Estados Unidos visando a libertação do Kuwait das forças armadas iraquianas de Saddam Hussein. É importante ressaltar o existente apoio institucional que o envolvimento ocidental no conflito obteve, como elucida as Resoluções 660 e 678 do Conselho de Segurança das Nações Unidas que demandou a retirada das tropas iraquianas do Kuwait e autorizou a todos os Estados-membros cooperarem com o governo do Kuwait utilizando de “todos os meios necessários” para implementar a Resolução 660 e as resoluções subsequentes, a fim de restaurar a paz e a segurança na região. Essa nova formação institucional caracterizou o que foi intitulado de “A Nova Ordem Mundial” (PECEQUILO, 2011), colocando um final definitivo à configuração de poder internacional bipolar vigente até o momento, substituída pelo binômio democracia-liberal embasada no multilateralismo.

A nova agenda da única superpotência do globo deu fim ao debate interno a respeito das possibilidades de condução da política externa. A perspectiva de maior isolacionismo com a contenção comunista foi descartada, dando espaço à formulação da “Doutrina Clinton”, a partir da vitória democrata de Bill Clinton contra a reeleição de George H. W. Bush. A nova doutrina que norteava a agenda externa contava com a universalidade dos valores liberais da democracia estadunidense e repudiava qualquer regime que contrariasse tal modelo (GUIMARÃES, 2002).

Para tanto, o intervencionismo obteve um caráter muito mais preventivo - ainda que leve, se comparado à política externa de Bush após o atentado de 11/09 - , preocupado em promover e defender a democracia no exterior (GUIMARÃES, 2002).

Clinton perpetuou o intervencionismo preventivo baseado de forma explícita no multilateralismo das instituições internacionais. Em questões militares, manteve os grandes dispêndios, havendo presença estadunidense na Somália, Haiti, Iraque e Bósnia, além da expansão da OTAN ao leste europeu, recepcionando a Polônia, Hungria e República Tcheca, ações justificadas em termos de segurança cooperativa por sua doutrina (GUIMARÃES, 2002). No plano econômico evidencia-se a criação de organizações como o NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio), assinado por Clinton em 1994. Da mesma forma, cabe ressaltar o início do funcionamento da Organização Mundial do Comércio, um reflexo do debate liberal já presente na comunidade internacional desde o final da Segunda Guerra Mundial. A nova abordagem da política externa de Clinton retomou características wilsonianas voltadas a um cenário idealista de promover um mundo mais seguro para a democracia com base na cooperação dos Estados. (GUIMARÃES, 2002)

3.4 A era Bush Filho e a disrupção da política externa com a aplicação da Doutrina Bush

Apesar da vitória em mais um mandato e de sucesso em suas políticas econômicas, Clinton sofreu com um processo de *impeachment*, que, mesmo comprovado seu envolvimento em escândalos sexuais, foi absolvido pelo Senado e retornou ao exercício da presidência, encerrando sua gestão em 2001. Neste mesmo ano ocorreu a controversa vitória Republicana com George W. Bush ascendendo ao cargo da presidência, iniciando um período de contraste político que criticava o discurso multilateralista e idealista de Clinton. O novo presidente argumentou em prol de uma primazia internacional que favorecesse primordialmente os interesses nacionais do país, sendo os benefícios ao restante da humanidade um efeito secundário deste processo, como afirmou Condoleezza Rice, assessora do Conselho de Segurança Nacional, durante a campanha de Bush em 2000.

Conforme Pecequillo (2008), a ascensão de Bush Filho representou um novo ciclo dos ideais neoconservadores, com a nova administração criticando o multilateralismo como um fim em si mesmo. À exemplo, cita-se a negligência quanto ao Tratado do Tribunal Penal Internacional, previamente negociado por Clinton, e ao Tratado para a Proibição Completa dos Testes Nucleares, que 150 países firmaram, além da revogação do crucial Tratado de Mísseis

Antibalísticos de 1972 (STONE; KUZNICK, 2015). Para tanto, as sucessivas medidas tomadas pela nova era republicana refletem de forma explícita a visão apoiada na necessidade de recuperar a supremacia dos Estados Unidos de modo praticamente unilateral, colocando o país como norteador de valores morais e princípios a serem seguidos mundo afora. Bush deu prioridade à expansão democrática respaldada no militarismo, definindo a cooperação e temas mais relacionados ao *soft power* como questões secundárias e não necessárias para estabelecer a primazia estadunidense (PECEQUILO, 2008). Após o 11/09, as justificativas para um militarismo preventivo tornaram-se ainda mais evidentes, através da assinatura do Decreto “*USA Patriot Act*”, da criação da premissa “Eixo do Mal” e consequente concretização da Operação Liberdade Duradoura no Afeganistão e invasão ao Iraque, todas estas questões amparadas pela Doutrina Bush que visava combater possíveis ameaças ao modelo democrático capitalista.

Estas ações preventivas obtiveram tanto apoio interno quanto externo. No âmbito interno, o discurso de Bush definiu este momento como o de uma “guerra justa” pela democracia, que visava destruir o terrorismo, um inimigo muito mais heterogêneo e indefinido do que o comunismo no período da Guerra Fria (GUIMARÃES, 2002). Nesse contexto, a administração fez significativo uso do sentimento de insegurança e medo sob a população, elementos que derivaram do simbolismo trágico que representava os atentados de 11/09. A partir disso, facilitou-se a criação de um consenso em escala nacional de vigilância e necessidade de ação. A sensação de insegurança foi reiterada repetidamente pelos veículos midiáticos e indústria cinematográfica da época, o que facilitou a influência na opinião pública e do Congresso em prol da agenda externa de Bush (PECEQUILO, 2008). A partir do momento que a operação no Afeganistão em 2001 teve início, sua necessidade já se apresentava como um consenso entre o público (PECEQUILO, 2008). Simultaneamente, no âmbito internacional, a operação obteve apoio de países aliados e, por conseguinte, aval da própria ONU.

O novo discurso estadunidense deu início a um debate maniqueísta e punitivista em expansão (GUIMARÃES, 2002) em que colocava os Estados Unidos e seus aliados denominados defensores da paz e da democracia de um lado e o terrorismo e países críticos à denominada “guerra justa” de outro (STONE; KUZNICK, 2015). Isso tornou o processo de intervenção do hegemom em algo de fato intangível de ser contestado na comunidade internacional e na própria sociedade estadunidense, o que concedeu espaço ao que viria ser a controversa execução da Doutrina Bush. A nova doutrina já estava em processo de formulação nos anos 90 pelos Republicanos, entretanto, foi de fato colocada em prática a partir do 11 de

setembro, ocasião catalisadora para a imposição da nova agenda. O programa reconheceu como ameaça a conjugação entre Estados bandidos e falidos, a proliferação de ADMs e o terrorismo fundamentalista islâmico, eliminando suas raízes pela mudança de regime, através de uma ofensiva preventiva (PECEQUILO, 2008). O combate ao elemento vago do terror extremamente baseado no etnocentrismo antiislâmico que crescia interna e externamente se desdobrou nas missões no Afeganistão, de derrubada do Talibã e na perseguição incessável à al-Qaeda e ao seu líder Osama bin Laden de forma ofensiva, o que consolidou ainda mais a quebra estratégica do Internacionalismo Multilateral (PECEQUILO, 2008).

O momento simbólico que representou o início da aplicação da Doutrina foi a partir da invasão ao Iraque e derrubada do regime de Saddam Hussein em 2003, uma decisão feita de forma preventiva e sem qualquer aprovação do Conselho de Segurança da ONU (STONE; KUZNICK, 2015). A invasão foi motivada por dois argumentos que eram repetidos pela administração da época. Primeiramente, alegavam que o governo iraquiano estaria mantendo um arsenal ativo de ADMs e que os Estados Unidos tinha o papel de intervir para investigar e eliminar tais armas. Segundamente, que o regime de Saddam apoiava práticas terroristas e teria uma possível ligação com a al-Qaeda e os atentados de setembro de 2001. A partir desses argumentos a esfera política e popular do país consentiu a nova ingerência, que representou uma inflexão na comunidade internacional, pois ameaçou a soberania estatal do Iraque e o direito de autodeterminação dos povos, conceitos amplamente ressaltados por organizações internacionais fundadas na concepção liberal de instituições sólidas, o que acarretou certo descrédito com relação ao poder de atuação da própria ONU.

Para tanto, ainda foi necessário o fortalecimento de um discurso voltado ao combate ao terrorismo, uma ação muito mais ampla e generalizada. A busca pelo apoio e consentimento visava mobilizar principalmente a esfera doméstica da sociedade estadunidense. O consentimento da opinião pública interna é essencial para o sucesso nas investidas da agenda externa da potência, pois, como ressalta Robert Cox (2007), é necessário que o Estado inclua bases da estrutura política da sociedade civil como a igreja, o sistema educacional e imprensa para garantir a homogeneidade ideológica e, conseqüentemente, o consenso com a política do regime hegemônico vigente. Através destes instrumentos, é estruturada uma noção de valores e comportamentos específica dentro da sociedade que condizem com a atuação da potência.

Diferente do fracasso de seu antecessor, Bush identificou a importância de manter a coerência entre as informações circuladas e a agenda governamental instaurada a partir da Doutrina Bush. Mesmo sem o consentimento de organizações internacionais como o Conselho

de Segurança da ONU, o papel interno do discurso pós 11/09 foi suficiente para a aquiescência da população e esfera política quanto às invasões no Afeganistão e Iraque, alcançando mais de 70% que passou a enxergar a intervenção como necessária no combate ao terrorismo (PECEQUILO, 2011). No período que antecedeu a guerra, uma parte considerável de estadunidenses acreditava que o Iraque possuía armas de destruição em massa ou estava próximo de obtê-las e/ou que o país estava intimamente ligado ao terrorismo e até mesmo que o próprio Hussein tinha participação nos ataques de 11 de setembro.

Isso evidencia que o apoio à ação militar foi construído, em partes, sobre uma base de falsidades, pois como apontado em 2003 pelo presidente da Comissão de Monitoramento, Verificação e Inspeção das Nações Unidas (UNMOVIC), Hans Blix, os inspetores da comissão relataram não encontrar nenhuma evidência da retomada dos programas de armas de destruição em massa no Iraque, o que não representaria motivação suficiente para uma invasão preventiva. Da mesma forma, como enfatizado pela Comissão Nacional sobre Ataques Terroristas aos Estados Unidos (ou, Comissão 9-11) em relatório publicado em 2004, não havia qualquer informação confirmada sobre a suposta cooperação entre Saddam Hussein e Bin Laden nos ataques; assim, qualquer associação entre Iraque e al-Qaeda eram meramente anedóticas.

Com o decorrer do tempo, a popularidade de Bush começou a decair e seu discurso não foi suficiente para sustentar o novo conflito em território no Oriente Médio. De fato seus maiores marcos na política estadunidense foram suas ações militares, conforme foi destacado em uma pesquisa do *Pew Research Center* de dezembro de 2008, realizada pouco antes de ele deixar o cargo. Quando perguntados sobre o motivo pelo qual Bush seria mais lembrado, cerca de metade (51%) citou as guerras, sendo que 29% mencionaram especificamente a guerra no Iraque. Nenhuma outra questão, nem mesmo a liderança de Bush após os ataques terroristas de 11 de setembro foi mencionada com a mesma frequência. Entretanto, mesmo os conflitos representando seus maiores marcos, o apoio popular pelas ações militares se dissolveu, como pode ser evidenciado em pesquisa efetuada em 2019 pelo *Pew Research Center*. Após quinze anos de conflito, foi questionado à população e veteranos de guerra se a invasão valeu a pena, em que 62% afirmaram que não houve benefícios no conflito. A maioria dos veteranos militares, incluindo aqueles que serviram no Iraque ou no Afeganistão, chegou à mesma conclusão (PEW RESEARCH CENTER, 2023).

Revisando o histórico da política externa da potência é possível identificar o elemento do consentimento como diferencial de sustentação de sua posição hegemônica. Diferente de seu antecessor britânico, a institucionalização de ideias tanto interna quanto

internacionalmente, através da consolidação de organizações como ONU e seu Conselho de Segurança, OMC e FMI foram essenciais para o estabelecimento da globalização, do liberalismo econômico e transformação do dólar como moeda de troca. Dessa forma, foi definida uma relação estrutural entre a capacidade material, as ideias e as instituições (COX, 1981), representado nesse cenário pela interação entre as ideias e valores intrínsecos ao liberalismo difundidos pela potência através da institucionalização internacional e que, portanto, permitia o investimento material/militar do hegemom em conflitos externos. Na esfera interna, o padrão do discurso disseminado pelas redes de notícia que convergia com os valores que justificaram as ingerências da potência no cenário internacional acarretaram a consolidação de seu poder consensual e conseqüente capacidade de gerir a opinião pública.

4. CONSOLIDAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NOS ESTADOS UNIDOS E SEU PAPEL NA ELABORAÇÃO DO CONSENSO HEGEMÔNICO

Neste último capítulo da pesquisa, será objeto de análise a contextualização da comunicação nos Estados Unidos e, mais especificamente, do próprio canal *Fox News Channel* e seu papel no estabelecimento da Doutrina Bush no imaginário social do público estadunidense. Serão abordados elementos históricos que representam a atuação da mídia em suas diversas formas no gerenciamento da opinião pública, desde a utilização do rádio como principal meio de comunicação até a utilização primordial das redes de televisão à cabo, maior veículo de comunicação utilizado durante o período pós 11/09.

Após, serão analisados dados que evidenciam o estabelecimento da emissora *Fox News* como a de maior audiência após o 11/09, superando canais já consolidados no mercado como a *CNN*. Continuamente, cabe ressaltar os diferenciais que tornaram a emissora tão popular, principalmente entre o público conservador do país. Analisando o formato jornalístico opinativo do canal será possível efetuar uma conexão da mesma com a administração da época. Partindo desde resumida relação institucional entre a emissora e a presidência, fração de suas semelhanças também deriva do caráter ideológico do canal. Portanto, serão analisados trechos de programas como *The O'Reilly Factor*, um dos programas de maior audiência do canal que através de seus discursos aponta a mesma tendência à divulgação de informações inconsistentes que motivariam a invasão ao Iraque, bem como tratam de fortalecer valores como o patriotismo e o medo na comunidade formada com seu público. Serão comparados também trechos de discurso do próprio George W. Bush logo após os atentados como forma de identificar tais semelhanças.

Por último, serão apresentados dados de instituições como *Pew Research Center* e *Program on International Policy Attitudes* que mostram como a audiência da *Fox*, em comparação com outras emissoras, se enquadra em um espectro político e partidário conservador e republicano e possui tendências maiores de acreditar nas informações inconsistentes apresentadas pelo governo Bush e reproduzidas pela *Fox News*. Dessa forma, será possível corroborar o argumento que o canal de notícia, em comparação com outras emissoras, apresentou à audiência uma posição tendenciosa na divulgação de notícias sobre a invasão ao Iraque.

4.1 Contextualização do uso da retórica e de estratégias de comunicação política

A emergência da comunicação como ferramenta política, social, cultural e militar nos Estados Unidos data desde o início do século XVIII, com a criação do primeiro jornal diário estadunidense, o *Boston News-Letter*. Segundo Rafael Paulino (2009), a partir do surgimento da Lei dos Selos em 1765, em que as atividades de comunicação da época foram sobretaxadas, o setor passou a sofrer ainda mais dificuldades para sua manutenção, com o fechamento prematuro de muitos jornais. Tal fato teve influência significativa no crescente sentimento de independência da colônia, não obstante, a primeira emenda da constituição do país citou aspectos de liberdades civis, afirmando que “O congresso não deverá fazer qualquer lei a respeito de um estabelecimento de religião, ou proibir o seu livre exercício; ou restringindo a liberdade de expressão, ou da imprensa” (ESTADOS UNIDOS, 1787), algo que apenas consolidou a importância dos veículos de comunicação em seu aspecto político e informacional no cotidiano dos cidadãos (PAULINO, 2009).

A industrialização do país que, conseqüentemente, intensificou os investimentos em tecnologias inovadoras apenas facilitaram a produção jornalística da época. Durante o período da primeira Revolução Industrial, na metade do século XIX, os avanços logísticos em ferrovias e em transportes hidroviários incentivaram a queda dos custos de produção destes jornais, permitindo um crescimento da complexidade do setor e, portanto, a especialização em diferentes seções do jornal, abarcando desde colunas policiais à correspondência em instituições políticas como o Congresso e a Casa Branca (PAULINO, 2009).

Concomitantemente, o estudo da comunicação nos Estados Unidos obteve uma crescente função na harmonização das relações sociais do país. No âmbito da opinião pública, foi a mediação da comunicação entre empresários e trabalhadores que garantiu maior consonância entre os dois grupos. Como afirmam Jesús Dantas e Gárdia Rodrigues (2016), ao final do século XIX, o jornalista Ivy Ledbetter Lee representava significativo papel precursor do jornalismo e relações públicas e foi atuante em um período histórico dos Estados Unidos em que a ausência de leis trabalhistas e a maximização do lucro por parte das empresas contextualizava o cenário profissional, port

anto, a tensão entre os dois grupos era crescente. Em 1914, o magnata John Rockefeller Jr. contratou Ivy Lee na tentativa de amenizar a hostilidade dos órgãos de imprensa e da opinião pública quanto à atuação de sua família (DANTAS, RODRIGUES, 2016). Portanto, Lee liderou a mediação entre os setores, possibilitando a discussão de melhorias nas condições de trabalho,

também garantindo maior transparência quanto às finanças da empresa Rockefeller e trazendo maior investimento em projetos filantrópicos, o que permitiu maior harmonização na consolidação de uma opinião positiva do público quanto à empresa (DANTAS, RODRIGUES, 2016).

Os estudos da opinião pública foram inicialmente utilizados com o propósito de gerir crises empresariais no âmbito social, mas logo foi convertido como ferramenta política para criação de um consenso interno quanto à atuação interna e externa do governo. Portanto, visava criar um discurso carregado de valores que impedisse a organizações de grupos contraditórios à lógica vigente de grandes empresas como a Rockefeller e suas condições trabalhistas exploratórias, bem como visava fortalecer a imagem do país quanto a sua agenda política na Primeira e Segunda Guerra Mundial e nas sucessivas investidas externas no decorrer do século. Um exemplo dos esforços iniciais foi a criação do Comitê de Informação Pública durante a gestão de Woodrow Wilson, com o objetivo de analisar a aplicação de estratégias de comunicação para fins de controle da opinião pública (DANTAS, RODRIGUES, 2016). Através de sua fundação, foram criadas técnicas para elaboração e implementação de mensagens que intensificassem a ideia do ‘americanismo’ na população e, portanto, garantissem seu apoio quanto ao envolvimento do país no conflito.

Outro programa de significativo impacto que foi implementado pelo governo como forma de gerir a opinião pública foi através de Franklin Roosevelt e a instituição do *New Deal*. Dentro do programa, foram implementadas as *Fireside Chats*, como forma de aproximar a população do presidente e construir um imaginário coletivo de superação da crise de 1929. A transmissão de informações através do rádio ocorria de forma exaustiva, intimista e com a utilização de palavras de fácil assimilação (DANTAS, RODRIGUES, 2016), garantindo maior confiabilidade nos projetos do governo. O rádio, com isso, passou a configurar um meio poderoso de persuasão, o que apenas reiterou seu papel de importância na política. Inclusive, de acordo com Marilena Chauí (2019), a divulgação de atuações políticas sob uma ótica nacionalista através da capacidade mobilizadora do rádio foi explorada por inúmeros regimes da época, à exemplo durante a instauração do nazifascismo alemão de Hitler e de seu Ministro da Propaganda Joseph Goebbels.

Dessa forma, a propaganda política se tornou aliada nas estratégias que nortearam a política do país. No âmbito externo, isso se deu principalmente após a Segunda Guerra Mundial, momento em que a economia estadunidense tornou-se central na consolidação do sistema capitalista. Com o estabelecimento de sua hegemonia econômica e de sua força no controle da informação, o discurso de uma democracia pautada em valores liberais e, conseqüentemente, a

“síndrome da liderança mundial” se intensificou, resultando na criação de uma “massa social”, que, de acordo com Jesús Martin-Barbero (1997):

É um fenômeno psicológico pelo qual os indivíduos, por mais diferente que seja seu modo de vida, suas ocupações ou seu caráter, estão dotados de uma alma coletiva que lhes faz comportar-se de maneira completamente distinta de como o faria cada indivíduo isoladamente. (BARBERO, 1997, p. 47)

Para o autor, a impressão cada vez mais favorável ao regime liberal democrático vitorioso na Segunda Guerra tornou possível todo o investimento econômico e de sentido para o estabelecimento de uma cultura produzida por meios massivos (BARBERO, 1997), portanto, uma cultura de massa. A cultura de massa se refere aos códigos de conduta da sociedade estadunidense, que agora são guiados principalmente pela indústria cinematográfica, pela televisão e a publicidade, provocando uma “metamorfose dos aspectos morais mais profundos” (BARBERO, 1997). Chauí (2006) também ressalta que ao representar categoricamente uma cultura de massa, a mesma deixa de possuir o aspecto transformador e reflexivo da cultura, direito de todo cidadão, e passa a servir unicamente ao artifício do entretenimento. O entretenimento que norteia a cultura de massa representa a espetacularização dos acontecimentos, tornando-os em encenações e simulacros (CHAUÍ, 2006).

Ao longo das décadas a assimilação da nova tecnologia como ferramenta de apoio político, como o rádio anteriormente, apenas se intensificou. Dentre as inúmeras investidas externas da potência hegemônica na década de 1960 ressalta-se o claro exemplo do fracasso da condução da opinião pública em um período de grandes manifestações por liberdades civis e contra a Guerra do Vietnã em ocorrência, o que representou uma quebra e contestação do padrão de comportamento social dominante reproduzido na época. A divergência de divulgação de informações entre a mídia e o próprio governo resultaram no *The Credibility Gap*, explicitando a relação incoerente entre o agente midiático e o órgão governamental *Military Assistance Command, Vietnam* (MACV), conforme afirma David C. Snow (2006):

Em muitos casos, a consciência situacional dos repórteres tornou-se mais aguda do que a da própria equipe do MACV. Ficou claro para os oficiais de relações públicas do MACV que os repórteres não aceitavam informações falsas. Os repórteres puderam verificar por si mesmos todas as declarações feitas em Saigon. O fracasso das forças armadas em implementar uma política de relações públicas eficaz e coesa, à medida que a situação no Vietnã mudava, arruinou sua confiança junto aos repórteres. Ao continuar insistindo que se tratava de um problema vietnamita e ao não utilizar efetivamente a política de máxima franqueza, o MACV apenas aumentou o “*Credibility Gap*”. (SNOW, 2006, p.41, tradução nossa)¹

¹ No original: Reporters’ situational awareness became more acute than MACV’s own staff in many instances. It became clear to MACV’s public affairs officers that reporters did not accept false information. Reporters were

Esse cenário apenas incentivou as manifestações em território estadunidense, pois seus cidadãos não viam nos discursos do aparato do Estado nenhuma confiança e credibilidade quanto às consequências desastrosas do conflito. Continuamente, mesmo com o fracasso da condução de opinião pública durante esse período, a respectiva sociedade de massa apenas se intensificou, promovendo primordialmente a questão da liberdade individual, um valor intrínseco ao regime hegemônico estadunidense. A cultura de massa é baseada em sensações e emoções que reiteram o comum em toda a população, portanto, é a primeira a possibilitar a comunicação entre diferentes estratos da sociedade (BARBERO, 1997). Suscitar o sentimento comum dentre a população, através de conceitos como o ‘americanismo’ e ‘Guerra contra o Terror’ é o caráter primordial para o sucesso do consenso na sociedade que, por conseguinte, perpetua o poder da estrutura hegemônica. As manifestações pelos direitos civis no período da Guerra do Vietnã exemplificam a quebra desse consenso e a deficiência da mídia em atuar de acordo com o governo, causando contestações populares que não deram espaço somente à manifestações contra o conflito, mas também abarcavam a luta por inúmeros outros direitos civis.

4.2 Tendência à parcialidade e emergência da televisão como veículo de comunicação

No decorrer das décadas, a ferramenta do rádio foi logo substituída pela televisão como principal meio de comunicação, se instaurando de forma definitiva ao final da década de 1990. Conforme Jonathan Morris (2005), a televisão na época desempenhou um papel importante na definição da sociedade estadunidense e da cultura popular, e seu papel na política americana é igualmente importante - se não mais (MORRIS, 2005, p. 56). Ainda de acordo com Morris, a televisão à cabo que passou a consumir tempo da sociedade estadunidense deteve, na época, poder significativo de definir agendas relevantes, pois os noticiários influenciaram na definição dos problemas que os telespectadores consideravam os mais sérios do país. Da mesma forma, de acordo com dados de relatório de 2004 do *Pew Research Center*, em 1993 60% da população estadunidense relatou assistir regularmente às notícias transmitidas pelas redes de televisão, ou “nightly network news”. Já em 2004, esse número havia caído quase pela metade, para 34%,

able to verify for themselves all of the statements made in Saigon. The military’s failure to implement an effective and cohesive public affairs policy, as the situation in Vietnam changed, doomed its trust with reporters. By continuing to insist it was a Vietnamese problem and failing to effectively utilize the max candor policy, MACV only widened the credibility gap. (SNOW, 2006, p.41)

enquanto 38% do público assistia regularmente às redes de notícias a cabo, como *CNN*, *MSNBC* ou *Fox News*.

Como forma de entender melhor a relação de parcialidade entre a emissora *Fox News* e o governo de George W. Bush é necessário ressaltar que a perspectiva de uma mídia partidária sempre foi presente na história do jornalismo estadunidense, como podemos identificar nos casos supracitados. Um marco decisivo na transformação do jornalismo informativo para opinativo foi, conforme Jonathan Bosworth (2015), a revogação, na década de 1980, da ‘Doutrina da imparcialidade’ introduzida pela Comissão Federal de Comunicação dos Estados Unidos em 1949. A regulamentação exigia que as emissoras de radiodifusão noticiassem questões polêmicas de interesse público e apresentassem de forma justa os dois lados da questão ao fazê-lo. Depois que a Comissão eliminou a Doutrina em 1987, surgiram as rádios de entrevistas políticas partidárias com programas que não eram obrigados a apresentar pontos de vista opostos (BOSWORTH, 2015). Além disso, outra regulamentação que representou uma grande reforma no setor de telecomunicação estadunidense foi a ‘Lei de Telecomunicações’, aprovada em 1996. A mesma previa que era permitido a entrada de qualquer indivíduo em qualquer negócio de comunicações, ou seja, que qualquer empresa de comunicações pudesse concorrer em qualquer mercado do setor. (FEDERAL COMMUNICATIONS COMMISSION, 1996)

Nesse contexto, criou-se a possibilidade do controle de grandes empresas sobre centenas de veículos de notícias individuais, como o caso da Clear Channel, que passou a operar 800 estações de rádio (BOSWORTH, 2015). Isso apenas consolidou a existência de mídias partidárias, com significativo número de canais reproduzindo os mesmos discursos que entram em consonância com crenças pré-estabelecidas na população. Por conseguinte, o ouvinte apenas acessa e recebe as informações no formato que reflete seu ponto de vista.

4.3 O estabelecimento da *Fox News Channel* e seu vínculo com o governo Bush Filho

É nesse cenário que se estabelece a emissora *Fox News*, detentora de significativo alcance até os dias atuais. Com um aumento do consumo de notícias por televisão a cabo, a recém-criada *Fox News*, em 1996, consolidou-se como um dos principais canais de notícia dos anos 2000. Segundo Bosworth, a *Fox* fez uso de uma estratégia exclusiva de pagar às empresas de TV a cabo para transmitir a emissora, em um esforço para levar o canal a 25 milhões de lares logo após seu lançamento. Portanto, mesmo antes de ir ao ar, a *Fox News* tinha acesso garantido a um público de massa comprado e pago. Isso representava estar disposto a perder US\$400

milhões pagando aos provedores de TV a cabo para transmitirem a *Fox News*, até o momento em que a rede atingiu a lucratividade em 2001.

Em relatório elaborado pelo *Pew Research Center* (2003) foi revelado que uma porcentagem maior do público diz ter recorrido com mais frequência à *FCN* para obter notícias nacionais e internacionais, em comparação com 18 meses antes. Mais de um em cada cinco americanos (22%) afirmou receber a maior parte de suas notícias da *Fox News*. Isso representa um aumento em relação aos 16% registrados em janeiro de 2002 e está apenas um pouco atrás dos 27% que citaram a *CNN* na pesquisa atual. Cabe ressaltar que a *CNN* surgiu como a primeira rede de notícias a cabo em 1980, ou seja, 16 anos antes do surgimento da *FCN*. A partir de uma cobertura extensiva do pós 11/09 e da Segunda Guerra do Golfo, os índices de audiência da *Fox News* durante os ocorridos subiram mais do que os de outros provedores de notícias. Conforme Morris, um dos fatores que explica essa ocorrência é que a emissora foi a primeira a desenvolver apresentações visuais e de áudio mais dinâmicas das notícias, ou seja, com potencial de espetacularizar a informação e torná-la entretenimento (CHAUÍ, 2006). Essas inovações incluem o *ticker* de rolagem na parte inferior da tela da TV para atualizações de manchetes de fácil compreensão para o telespectador, efeitos sonoros para introduzir segmentos de notícias e recursos visuais multimídia dramáticos.

O sucesso da rede se mantém até os dias atuais, como destaca coleta de dados efetuada pelo *Pew Research Center - State of the News Media*, de 2021, mostrando que a *Fox* em comparação com outras emissoras como *CNN* e *MSNBC* possuía no período entre 2016-2020 a maior média de televisões ligadas no canal durante o noticiário de horário nobre. Da mesma forma, desde 2008 a empresa também lidera o total de receita arrecadado anualmente em comparação com as mesmas duas emissoras.

Outro ponto significativo que estabeleceu a imagem da emissora como expoente de notícias, principalmente se analisado de uma perspectiva partidária conservadora, foi a contratação de Roger Ailes e John Moody para os cargos de presidência e vice-presidência, respectivamente, ao final da década de 1990. Anteriormente, Ailes já havia trabalhado como consultor de mídia para presidentes da ala Republicana como Nixon, Reagan e H. W. Bush (BOSWORTH, 2015) como forma de transmitir uma imagem mais positiva dos dirigentes para a população e, assim, garantir apoio às suas políticas. Portanto, a *Fox* a partir de sua presidência representou uma continuação da defesa de valores conservadores previamente disseminados com seus trabalhos de consultoria.

O aspecto da mídia partidária no âmbito da *FCN*, apesar de não haver nenhuma relação oficializada entre a emissora e o partido Republicano, pode ser evidenciada através de uma

correlação entre o papel da emissora e o êxito da campanha e gestão de Bush Filho. Conforme dados de artigo publicado em 2007 pelos economistas Stefano DellaVigna e Ethan Kaplan, da Universidade da Califórnia, estima-se que, a nível nacional, a *Fox* foi responsável por adicionar 200.000 votos presidenciais à coluna Republicana, o suficiente para levar o estado-chave da Flórida. Indo além do voto popular, Ailes escolheu o jornalista John Prescott Ellis, primo de primeiro grau do candidato Bush, para chefiar a ‘mesa de decisões’ da emissora na noite de eleição, sendo responsável por convocar os estados para Bush ou Al Gore ao público. Conforme artigo da *Rolling Stone* publicado em 2011, apesar de sua escolha como chefia na transmissão da noite de eleição representar possível conflito de interesses, isso foi notado por Ailes como um benefício. Além disso, em notícia publicada pelo *The Washington Post* em novembro de 2000, logo após as eleições, Ellis admitiu atualizar constantemente o candidato à presidência e Jeb Bush, na época governador da Flórida e seu primo, sobre a contagem de votos.

Após a meia noite, enquanto a contagem de votos apresentava uma diferença justa mostrando Bush à frente, Ellis se antecipou ao encerramento da contagem de votos na Flórida para anunciar Bush como vencedor, o que levou todas as outras emissoras a seguirem o exemplo e, por conseguinte, colocarem Bush nas manchetes dos jornais matutinos como o novo presidente eleito. No mesmo artigo publicado pela *Rolling Stone* que coleta inúmeros relatos de fontes próximas tanto ao corpo executivo da *Fox* e da campanha e gestão de Bush, há o relato do Membro da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos na época Henry Waxman que ressalta a antecipação do resultado como um ponto crucial para a vitória do Republicano. Liderado pela *Fox*, isso permitiu que a narrativa central estabelecida no imaginário do eleitor estadunidense fosse a da vitória Republicana.

O papel de Ailes como agente significativo na construção de uma imagem positiva de candidatos da ala Republicana representa apenas um setor de sua carreira dedicada ao sucesso da política conservadora. Após sua contratação por Rupert Murdoch, Ailes se cercou de executivos e de um corpo criativo conservador. Com apoio de John Moody, a questão ideológica tornou-se central na contratação de novos membros, indo desde vice-presidentes, assistentes e apresentadores, como afirma Bruce Bartlett (2015).

Outro exemplo de sua atuação tendenciosa se observa com o livro de Bartlett “Impostor: Como George W. Bush levou os Estados Unidos à falência e traiu o legado de Reagan” (2006). Bartlett, conhecido por ter servido como conselheiro à presidência de Republicanos como Reagan e H. W. Bush, efetuava aparições no canal com certa regularidade e, após a publicação de seu livro, passou a ser recusado por programas da emissora. Segundo o autor:

É de conhecimento geral entre os profissionais de relações públicas que a *Fox* tem uma "lista de inimigos" de pessoas que não podem ser entrevistadas na rede. Todos os convidados propostos são examinados por executivos seniores e banidos se tiverem criticado a *Fox* ou se tiverem opiniões que possam irritar seus telespectadores conservadores. O repórter de mídia Jim Romenesko documentou muitos casos de lista de inimigos da *Fox*. Sei com certeza que fui banido da *Fox* e o blogueiro Andrew Sullivan e outros me disseram que eles também foram. Quando mencionei isso publicamente uma vez, um repórter do *Washington Post* investigou o caso e confirmou que eu estava de fato na lista proibida. (BARTLETT, 2015, p. 11, tradução nossa)²

A relação de convergência entre a emissora e o partido Republicano, mais especificamente com a gestão de Bush após a vitória nas eleições, se intensificou após os ataques terroristas. Continuamente, Bartlett afirma que após os ataques de 11 de setembro Ailes efetuou o envio de um memorando que incluía sugestões quanto à gestão da Guerra ao Terror. Além disso, Ailes efetuava consultas com Bush para fornecer conselhos na gestão da crise. O ex-secretário de imprensa de Bush, Scott McClellan, também afirmou que os comentaristas noturnos da *Fox* recebiam pontos de discussão da Casa Branca que eram frequentemente usados para transmitir a mensagem da própria Casa Branca - ainda que funcionários da *Fox* não precisassem deles porque já estavam de acordo com o ponto de vista do governo e deram à Casa Branca "os resultados desejados", nas palavras de McClellan (BARTLETT, 2015, p. 17). Além disso, através de um tuíte de 2019, o ex-redator de discursos de George W. Bush, David Frum, relembra quando, em 2010, no programa *Nightline*, do canal *ABC*, descreveu a relação entre a *Fox* e o Partido Republicano da seguinte forma:

Os republicanos pensavam originalmente que a *Fox* trabalhava para nós e agora estamos descobrindo que trabalhamos para a *Fox*. E esse equilíbrio aqui foi completamente invertido. O que sustenta uma rede *Fox* forte é o que prejudica um Partido Republicano forte. (FRUM, 2019)

O contexto da publicação diz respeito à batalha jurídica que envolveu o estabelecimento do 'Obamacare' em 2010. As questões postas refletem na compreensão de uma relação de proximidade entre a emissora e o partido Republicano, o que também interfere no formato que a *FNC* passou a transmitir a agenda de política externa neoconservadora de Bush, noticiando

² No original: It is widely known among public relations professionals that Fox has an "enemies list" of people who are not permitted to be interviewed on the network. All proposed guests are vetted by senior executives and banned if they have criticized Fox or hold views likely to rile its conservative viewers. Media reporter Jim Romenesko has documented many cases of Fox blacklisting. I know for a fact that I am banned from Fox and blogger Andrew Sullivan and others have told me that they are, too. When I mentioned this publicly once, a Washington Post reporter looked into it and confirmed that I am indeed blacklisted. (BARTLETT, 2015, p. 11)

acontecimentos em um tom mais conservador e à direita do espectro político (BARTLETT, 2015).

4.4 A cobertura da Fox News sobre o pós 11/09 e sobre a Invasão ao Iraque: seu papel como emissora tendenciosa

Para além dos exemplos de relações institucionais entre a *Fox News* e a administração Bush que caracterizam um viés tendencioso, cabe ressaltar o formato em que a rede emitia as notícias relacionadas à atuação do governo, principalmente no que tange ao pós 11/09 e a Invasão ao Iraque. Conforme Jeffrey P. Jones (2012), outro diferencial da *Fox News* em relação ao restante das emissoras foi a construção de uma conexão distinta e atrativa com seu público, com a formação intencional de uma ‘comunidade’, ou seja, através da identificação de valores que caracterizam a ideologia desse público em convergência com o canal (JONES, 2012). Segundo o autor, a emissora se enquadra dentro de uma mudança jornalística que passa a transmitir a realidade e os fatos como uma performance trazidos à tona por meio de narrativas e representações visuais carregadas de emoção. Portanto, a ideologia que representava essa performance televisiva da emissora construiu uma narrativa politizada que era entregue à sua audiência. Estabelecido o caráter de ideologia política do canal, seu sucesso era garantido principalmente pelo caráter dramático:

Além disso, as ideologias precisam de dispositivos dramáticos para serem bem-sucedidas, e que lugar melhor do que um canal de notícias vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, para oferecer um fluxo constante de representações dramáticas, incluindo conflito, personificação, identificação, simbolismo, suspense, catarse e assim por diante? As ideologias se distinguem, não por sua sofisticação, mas por suas funções dramáticas nas estruturas sociais. (JONES, 2012, p. 182, tradução nossa)³

Através do desempenho estético de dramas sociais com base em divisões ideológicas dentro do gênero de notícias, vinculou-se o público a assistir de forma repetida os programas, fortalecendo a imagem da *Fox News* dentro da população da ala conservadora. Exemplos do que caracterizam a perspectiva da *Fox* perante os conflitos sociais pode ser visto através de uma consistente dramatização de ameaças ideológicas. Nesse caso, os valores conservadores da emissora se espelharam no formato em que eram apresentadas as notícias que retratavam a

³ No original: What is more, ideologies need dramaturgical devices to be successful, and what better place than a twenty-four-hour, seven-day-a-week news channel to offer a steady flow of dramaturgical renderings, including conflict, personification, identification, symbolism, suspense, catharsis, and so forth? Ideologies are distinguished, not by their sophistication but by their dramatic functions in social structures. (JONES, 2012, p. 182)

questões como imigração, socialismo, Islamismo, Panteras Negras e, em contraste, os ‘patriotas’ que lutavam contra essas ameaças (JONES, 2012). Isso colocava os espectadores em um processo de luta constante da qual poderiam participar ritualmente por meio de sua exibição repetida. Nesse sentido, a atuação da *Fox* demonstra que a produção de notícias não tem como objetivo a representação da verdade em si, mas sim representar o público que ela pode reunir em torno de suas interpretações ideológicas da ‘verdade’. Da mesma forma, Chauí (2019) reitera a substituição, nas redes de notícia, da razão pelo sentimento como base das informações disseminadas. Esse processo ocorre devido a uma alteração da base que define confiabilidade e credibilidade nas notícias. Com a liderança do pensamento econômico neoliberal na sociedade estadunidense e em todas as outras que integram os mesmos valores hegemônicos de prevalência do liberalismo econômico, o processo de privatização dos meios de comunicação representa uma alteração nos padrões das informações divulgadas:

Os fatos cedem lugar a declarações de “personalidades autorizadas”, que não transmitem informações, mas preferências, e estas se convertem imediatamente em propaganda (...) Trata-se do apelo à intimidade, à personalidade, à vida privada como suporte e garantia da ordem pública. Em outras palavras, os códigos da vida pública passam a ser determinados e definidos por códigos da vida privada, abolindo-se a diferença entre espaço público e privado. (CHAUÍ, 2019, p. 22)

Chauí argumenta a partir de uma tendência maior do uso de emoções e sentimentos no lugar de informações factuais que, por fim, retratam um aspecto de propaganda ao invés de informacional. Isso afeta inclusive as relações políticas enquanto políticas - que são comumente reguladas por instituições sociais e políticas e possuem um caráter mediato (CHAUÍ, 2019) e passam a operar sob a ótica da vida privada, descrita a partir de preferências, sentimentos, emoções, gostos e aversões. Essa percepção privada dos veículos de comunicação que emitem informações políticas carregadas de emoção foi o processo que facilitou a criação da narrativa da *Fox News* a favor do governo de Bush.

Um estudo elaborado pelo *Project for Excellence in Journalism* (2005) constatou que a *Fox*, em comparação com outras emissoras como *CNN* e *MSNBC* era consideravelmente mais unilateral do que as outras redes e apresentava maior opinião jornalística em suas notícias:

Em todos os programas estudados, quase sete em cada dez histórias (68%) incluíam opiniões pessoais dos repórteres da *Fox* - o índice mais alto de todos os meios de comunicação estudados. Apenas 4% dos segmentos da *CNN* incluíram opiniões

jornalísticas e 27% na *MSNBC*. (PROJECT FOR EXCELLENCE IN JOURNALISM, 2005, p. 164, tradução nossa)⁴

Além disso, os jornalistas da *Fox* foram ainda mais propensos a oferecer suas próprias opiniões na cobertura do canal sobre a guerra no Iraque:

Tabela 1 - Opinião de jornalistas na cobertura da Guerra do Iraque, notícias a cabo (percentual)

Sobre a cobertura da Invasão ao Iraque	CNN	Fox News	MSNBC	Total
Presença de opiniões jornalísticas	2%	73%	29%	30%
Ausência de opiniões jornalísticas	98%	27%	71%	70%

Fonte: Project for Excellence in Journalism (2005)

Esse afastamento de um estilo de reportagem tradicional e consequente atuação opinativa aproximou o canal à comunidade criada para com seu público mais conservador. O veterano correspondente estrangeiro da *CBS*, Tom Fenton (2005), observou:

A *CNN* ganhou, com razão, enormes elogios durante a primeira Guerra do Golfo por suas reportagens ininterruptas. No entanto, na época da segunda guerra, o desafio chauvinista da *Fox News* empurrou a *CNN* para âncoras famosos e outros artifícios, e é aí que ela está presa até hoje. Enquanto isso, os valores de produção editados em estúdio continuam a triunfar sobre o bom jornalismo. (FENTON, 2005, p. 70)

4.5 O programa *The O'Reilly Factor* e semelhanças com o discurso de Bush

Outro exemplo que evidencia dentro da *Fox News Channel* a disseminação de um discurso amplamente opinativo e ideológico que substitui o caráter informativo do jornalismo e entra em consonância com os ideais conservadores de Bush foi através da consolidação do programa *The O'Reilly Factor* com seu apresentador Bill O'Reilly. Conforme próprio artigo do site da *Fox News* (2015), o programa surgiu junto com a criação da emissora em 1996 e ganhou

⁴ No original: Across the programs studied, nearly seven out of ten stories (68%) included personal opinions from *Fox's* reporters — the highest of any outlet studied by far. Just 4% of *CNN* segments included journalistic opinion, and 27% on *MSNBC*. (PROJECT FOR EXCELLENCE IN JOURNALISM, 2005, p. 164)

popularidade a partir de 2001 ao ultrapassar o nível de audiência do programa *Larry King Live*, da concorrente *CNN*. *Larry King Live* na época já era transmitido há mais de 15 anos e assumia a posição de programa de maior audiência da própria *CNN*. Conforme Matthew Norton (2011), o programa se consolidou ao interpretar as notícias de uma forma simples, a partir de uma estrutura de significado formulada em torno de oposições binárias e técnicas retóricas (NORTON, 2011, p. 315).

Toda essa estrutura era impulsionada pela personalidade informal e auto-intitulada ‘comprometida com a verdade’ de Bill O’Reilly. A vida pessoal do locutor em muitos momentos visava transpassar a barreira informacional e formar uma conexão pessoal com seu público, ressaltando que “em vez de dinheiro, sucesso e mestrados da Universidade de Boston e de Harvard estragarem a imagem da classe trabalhadora de O’Reilly, eles fazem parte de uma narrativa de sucesso meritocrático.” (NORTON, 2011, p. 322). Portanto, o formato da comunicação expressa pelo programa buscava se amparar na ativação de sentimentos comuns da vida pessoal de cada cidadão da sociedade estadunidense, como o sentimento de americanismo e união da população em momentos de crise - fato evidenciado no trecho do programa que foi ao ar em 11 de março de 2003, poucos dias antes da invasão ao Iraque ocorrer:

É perigoso permitir que o ditador do mal continue no poder (...) eu não quero correr o risco de Saddam Hussein utilizar estas armas mortais. O jornalista Robert Scheer do *L.A. Times* diz que se os Estados Unidos atacar o Iraque, o país se juntaria ao ranking de criminosos de guerra. Scheer talvez seja o jornalista mais radical escrevendo em um jornal renomado atualmente. Sua indignação moral e antiamericanismo flagrante é revoltante (...) No final, Saddam será removido do poder e o mundo será um lugar melhor e eu espero que Deus aprove isto. (O’REILLY, 2003, tradução nossa)⁵

No trecho, vemos a utilização de informação não comprovada quanto à existência de armas de destruição em massa no Iraque como forma de sustentação à invasão - algo que Bush e sua administração também efetuaram diversas vezes como aponta o Relatório Waxman, elaborado pelo Subcomitê da Câmara sobre Reforma Governamental dos EUA em 2004, o qual afirmava a existência de 237 declarações falsas ou enganosas sobre as razões para a Guerra do Iraque feitas pelo presidente George Bush, pelo vice-presidente Richard Cheney, pelo secretário de Defesa Donald Rumsfeld, pelo secretário de Estado Colin Powell e pela conselheira de

⁵ No original: It is dangerous to allow the evil dictator to remain in power (...) I don't want to take the risk of Saddam Hussein using these deadly weapons. L.A. Times journalist Robert Scheer says that if the United States attacks Iraq, the country would join the ranks of war criminals. Scheer is perhaps the most radical journalist writing in a renowned newspaper today. His moral outrage and blatant anti-Americanism is sickening (...) In the end, Saddam will be removed from power and the world will be a better place, and I hope God approves of that. (O’REILLY, 2003)

segurança nacional Condoleezza Rice em 125 aparições públicas separadas. Nessas aparições, se relacionavam argumentos sobre o potencial armamentista do Iraque e as possíveis conexões terroristas com a al-Qaeda e, conseqüentemente, com o 11/09.

Retomando a fala de O'Reilly, outra correlação é sua tentativa de manter o discurso no âmbito passional que remete ao bem-estar das famílias e da sociedade estadunidense a partir da administração Bush como guiada por Deus. O elemento da fé cristã, inclusive, foi ressaltado em discursos de Bush, como ocorrido após os ataques de 11/09, o que trouxe um tom messiânico na atuação e no estabelecimento da nova agenda do presidente:

Não esquecerei a ferida causada a este país ou aqueles que a infligiram. Não recuarei, não repousarei, não vacilarei na manutenção dessa batalha pela liberdade e segurança do povo dos Estados Unidos. O curso do conflito ainda não é conhecido, mas seu desfecho é certo. Liberdade e medo, justiça e crueldade, sempre estiveram em guerra, e sabemos que Deus não é neutro entre eles. (BUSH, 2001, tradução nossa)⁶

Continuamente, o programa de O'Reilly costuma entrevistar convidados com opiniões diversas como forma de destacar a divergência entre os pontos de vista e assegurar que seu argumento primordial seja a defesa do bem-estar da sociedade estadunidense. No mesmo programa de março de 2003, O'Reilly argumenta contra o pesquisador Carl Conetta que, por sua vez, apresenta ressalvas quanto a necessidade de uma guerra no Iraque ao afirmar que dados da ONU sobre a presença de armas de destruição em massa em território iraquiano foram inconclusivos. O'Reilly em diversas ocasiões remete ao pessoal tanto do indivíduo entrevistado quanto do restante da população, acusando-o de apoiar um argumento que coloca a segurança de sua família e do restante da população estadunidense em risco.

É possível, assim, identificar a reiteração de um sentimento de americanismo necessário para a construção de um consenso quanto ao sucesso do conflito e estipular aqueles de opinião contrária como irreverentes à memória coletiva de sofrimento que sucedeu após o 11/09. Como é evidenciado no discurso de Bush logo após atendados:

Um grande mal nos foi causado. Sofremos grandes perdas. E em meio ao nosso pesar e ira, conseguimos ainda assim identificar nossa missão e nosso momento. A liberdade e o medo estão em guerra. O avanço da liberdade humana - a grande realização de nossa era e a grande esperança de todas as eras - agora depende de nós. Nossa nação - esta geração - vai eliminar a sombria ameaça de violência que pende sobre nosso povo e nosso futuro. (BUSH, 2001)

⁶ No original: I will not forget this wound to our country or those who inflicted it. I will not yield; I will not rest; I will not relent in waging this struggle for freedom and security for the American people. The course of this conflict is not known, yet its outcome is certain. Freedom and fear, justice and cruelty, have always been at war, and we know that God is not neutral between them. (BUSH, 2001)

No trecho, Bush exprime um senso de união, a partir da luta contra um inimigo comum, ao ressaltar o peso que a nação - e geração - da época possuem em eliminar qualquer ameaça que possa remeter aos acontecimentos terroristas. A guerra ao terror e o patriotismo foram os elementos essenciais enquadrados pelo governo e pela mídia após o atentado. A metáfora de guerra ao terror visava ativar uma moldura de raiva e indignação no imaginário consensual da população, enquanto o patriotismo se referia ao sentimento de ‘americanismo’ para entusiasmar e unir e, em paralelo, tanto a administração Bush quanto a mídia formaram clara e consistentemente conexões entre a guerra contra o terrorismo e a Guerra do Iraque através da associação de imagens e temas como al-Qaeda, Afeganistão, Islamismo radical, Guerra do Iraque e muçulmanos em geral (CASTELLS, 2009).

Retomando o mesmo programa de O’Reilly, ao questionar o comentarista político da *Fox*, Richard Morris, a respeito do encontro com o Conselho de Relações Exteriores da França sobre apoio do Conselho de Segurança da ONU quanto à invasão ao Iraque; Morris resalta a presença de “um sentimento de traição após o 11/09 que diz respeito ao abandono destes países quanto aos Estados Unidos” (MORRIS, 2003). Além disso, afirma que “Os Estados Unidos, diferente da França, não necessita da ONU” (MORRIS, 2003). Por fim, O’Reilly destaca que se houvesse uma aprovação e apoio do Conselho de Segurança quanto à invasão, Saddam Hussein já não estaria mais vivo e, portanto, “o mundo seria um lugar melhor” (O’REILLY, 2003).

Nesse trecho, fica evidente o apelo à medida unilateral que a administração Bush efetuou ao invadir o Iraque sem consentimento de organizações multilaterais ou apoio de uma ampla aliança de países - característica da Doutrina Bush em aplicação que defendia o conceito de ‘guerras preventivas’. Em discurso realizado pelo presidente em 2002 como forma de reiterar a posição estadunidense assertiva no combate ao ‘Eixo do Mal’ - que constitui parte da aplicação da Doutrina – podemos perceber o mesmo argumento acerca da necessidade urgente e preventiva de atuação do país, reafirmando que os Estados Unidos é responsável por assegurar a paz e liberdade no sistema internacional, conforme evidencia o trecho abaixo:

E todas as nações devem saber disso: Os Estados Unidos farão o que for necessário para garantir a segurança de nossa nação. Seremos deliberados, mas o tempo não está do nosso lado. Não esperarei pelos acontecimentos enquanto os perigos se acumulam. Não ficarei parado enquanto o perigo se aproxima cada vez mais. Os Estados Unidos da América não permitirão que os regimes mais perigosos do mundo nos ameacem com as armas mais destrutivas do mundo. (...) Não podemos parar antes. Se parássemos agora, deixando os campos de terror intactos e os estados de terror sem controle, nossa sensação de segurança seria falsa e temporária. A história chamou os

Estados Unidos e nossos aliados à ação, e é nossa responsabilidade e nosso privilégio travar a luta pela liberdade. (BUSH, 2002, tradução nossa)⁷

Outro exemplo que corrobora ao aspecto partidário do canal é através de trecho da “Coluna semanal do Bill” de julho de 2003, que sumariza temas do programa pré-gravado e lançado na mesma semana:

O presidente Bush está atualmente envolvido em duas batalhas: uma contra os terroristas e a outra pelos corações e mentes dos americanos (...) O governo Bush venceu a guerra, mas não derrotou totalmente o inimigo, e é aí que reside o principal problema do presidente. O Pentágono permitiu que a maioria dos soldados iraquianos voltasse para casa totalmente sem supervisão. Alguns desses homens viveram para lutar em outro dia. Agora temos que derrotá-los novamente. Não há plano B para o Sr. Bush. Os EUA precisam permanecer no Iraque a todo custo. A retirada seria um fracasso catastrófico e não apenas arruinaria o presidente, mas também encorajaria os inimigos dos EUA em todo o mundo. Portanto, realmente não há escolha no Iraque. Precisamos subjugar as guerrilhas e estabilizar o local. Com isso em mente, o presidente precisa enviar mais soldados e convencer alguns de nossos aliados a ajudar. (O'REILLY, 2003, tradução nossa)⁸

Nesse trecho, é possível identificar o significativo apoio apontado pelo apresentador à administração da época. Ainda, ao final, reitera a invasão e o conflito armado como única escolha possível para lidar com os atentados ocorridos em território estadunidense. Ao citar como a retirada das tropas do Iraque traria consequência catastróficas ao facilitar a emergência de inimigos dos Estados Unidos, é perceptível a presença do elemento do medo e do terror como forma de tornar seu interlocutor engajado no programa ao mesmo tempo que instiga a compreender as medidas tomadas pela administração Bush como as únicas possíveis para maior segurança aos Estados Unidos e demais países do globo.

Durante 2003, a temática da invasão ao Iraque foi citada inúmeras vezes pelo programa de O'Reilly. Em 6 de março de 2003, em entrevista com a atriz e pacifista Janeane Garafalo,

⁷ No original: And all nations should know: America will do what is necessary to ensure our nation's security. We'll be deliberate, yet time is not on our side. I will not wait on events while dangers gather. I will not stand by as peril draws closer and closer. The United States of America will not permit the world's most dangerous regimes to threaten us with the world's most destructive weapons.(...) We can't stop short. If we stopped now, leaving terror camps intact and terror states unchecked, our sense of security would be false and temporary. History has called America and our allies to action, and it is both our responsibility and our privilege to fight freedom's fight. (BUSH, 2002)

⁸ No original: President Bush is currently engaged in two battles: One against terrorists and the other for the hearts and minds of Americans. (...) The Bush administration won the war but did not fully defeat the enemy and therein lies the President's main problem. The Pentagon allowed most Iraqi soldiers to go home totally unsupervised. Some of these guys have lived to fight another day. Now we have to beat them all over again. There is no plan B here for Mr. Bush. The USA has to stay in Iraq at all costs. To withdraw would be a catastrophic failure and would not only ruin the President, it would embolden America's enemies the world over. So there is really no choice in Iraq. We must subdue the guerrillas and stabilize the place. With that in mind the President needs to send in more soldiers and convince some of our allies to help. (O'REILLY, 2003)

O'Reilly cita a declaração feita anteriormente por Garafalo de que “se invadirmos o Iraque, há uma estimativa das Nações Unidas que diz que haverá até 500.000 pessoas mortas ou feridas. Temos o direito de fazer isso em um país que não fez nada contra nós?”. A partir disso, o diálogo se desenvolve até o ponto em que o apresentador faz a seguinte indagação a atriz: “Você acha que George W. Bush é um perigo maior para o mundo do que Saddam?”. Garafalo argumenta que ambos são perigosos, porém de formas diferentes:

Eu diria [que] é preciso haver alguma responsabilidade pela ideia de que talvez não estivéssemos onde estamos agora se algumas escolhas diferentes tivessem sido feitas após o 11 de setembro. Eu diria que a retórica do "conosco ou contra nós" não foi útil. O discurso sobre o Eixo do Mal não foi útil, e essa enorme intensificação da guerra e essa atitude de ir sozinho não foram úteis. Agora, se eu acho que [Bush é] um governante louco e despótico como Saddam Hussein, que jogaria ácido em seu próprio povo? Absolutamente não. (GARAFALO in O'REILLY, 2003, tradução nossa)⁹

A resposta foi suficiente para que Bill focasse apenas no início da afirmação, em que a entrevistada afirma que ambos são igualmente perigosos:

Acabei de lhe fazer uma pergunta direta, Janeane. Quem é a maior ameaça para o mundo? E você disse que eles são iguais. Quando você diz isso, as pessoas lá fora... elas vão pensar que você é louca (...). Se você estiver errada... e se os Estados Unidos - e eles vão, isso vai acontecer - entrarem, libertarem o Iraque [com] pessoas nas ruas, bandeiras americanas, abraçando nossos soldados... você vai pedir desculpas a George W. Bush? (O'REILLY, 2003, tradução nossa)¹⁰

Na fala supracitada é possível identificar a utilização de técnicas de oposições binárias. Por exemplo, se Bush de alguma forma é citado como errado na invasão, ele está sendo comparado e igualado de forma absoluta à Saddam. Ignora-se o restante do argumento da entrevistada que afirma a intensificação da guerra como algo desnecessário e que apenas traria mortes à população. Dessa forma fica evidente a tendenciosidade do programa, seja ao visar constranger a convidada pacifista chamando-a de louca ou ao afirmar que o papel dos Estados Unidos no conflito, além de exterminar o terrorismo, seria de libertar a população iraquiana em uma cena idealizada entre colaboração civil do país e as tropas estadunidenses.

⁹ No original: I would say [that] there needs to be some accountability for the idea that we might not be where we are right now if some different choices had been made in the wake of 9-11. I would say the with-us-or-against-us rhetoric was not helpful. The Axis of Evil speech was not helpful, and this huge ramping up of war, and this go-it-alone attitude has not been helpful. Now, do I think [Bush is] a crazy, despotic ruler like Saddam Hussein who would pour acid on his own people? Absolutely not. (GARAFALO in O'REILLY, 2003)

¹⁰ No original: I just asked you a flat out question, Janeane. Who's a bigger threat to the world? And you said, they're equal. When you, when you say that, people out there...they're gonna think you're a loon. (...) If you are wrong... and if the United States - and they will, this is going to happen - goes in, liberates Iraq [with] people in the street, American flags, hugging our soldiers... you gonna apologize to George W. Bush? (O'REILLY, 2003)

As declarações de Bill citadas acima apenas reiteram os preceitos hegemônicos que já estavam sendo disseminados através da Doutrina Bush visando estabilizar a posição neoconservadora da administração na esfera externa. O apoio pode ser interpretado através da divulgação desde informações infundadas sobre os motivos da invasão, bem como através do uso de elementos como o medo do terrorismo ou da exaltação da união ‘americana’ e do papel estadunidense de forma preventiva e unilateral como primordial para garantir a segurança e liberdade da população. A invasão e a guerra do Iraque, portanto, é exaltada como única possibilidade viável para o combate ao inimigo denominado ‘terrorismo’.

4.6 Traços de aceitação da política externa por parte do público

Através dos exemplos supracitados, é possível identificar a divulgação de notícias a partir de uma visão tendenciosa por parte da emissora. A convergência de trechos da notícia com valores conservadores e, por conseguinte, com a administração da época apenas espelham o êxito que a *FCN* obteve ao estabelecer um senso de comunidade através de valores tradicionais exaustivamente repetidos em performances com significativos estímulos visuais e linguagem informal que retoma o aspecto pessoal comum da sociedade estadunidense. Não à toa é possível traçar um indício do perfil ideológico e partidário de seus telespectadores, de acordo com relatório publicado em 2003 pelo *Pew Research Center* que evidenciou a visão do público estadunidense quanto a presença de uma mídia ‘pró-americana’ no país. Constatou-se então que significativa parte da audiência da emissora *Fox News* em comparação com demais meios de notícia se identificavam como Republicanos e conservadores, conforme as Tabelas 2 e 3:

Tabela 2 - Identificação partidária do público de notícias (percentual)

Identificação partidária	Total (1201)	Network¹¹ (370)	CNN (314)	Fox (267)	Mídia impressa (554)	Rádio (198)	Internet (230)
Republicano	30%	32%	29%	41%	32%	37%	24%

¹¹ Network se refere, segundo o *Pew Research Center*, às notícias veiculadas por redes de transmissão ao invés de a cabo, como os canais *ABC*, *CBS* e *NBC*. (PEW RESEARCH CENTER, 2003, p. 12)

Democrata	32%	32%	37%	24%	33%	30%	25%
Independente	32%	31%	28%	30%	28%	28%	44%

Fonte: Pew Research Center (2003)

Tabela 3 - Perfil ideológico do público de notícias (percentual)

Ideologia	Total (1201)	Network (370)	CNN (314)	Fox (267)	Mídia impressa (554)	Rádio (198)	Internet (230)
Conservador	36%	38%	36%	47%	38%	44%	26%
Moderado	40%	43%	43%	35%	42%	36%	40%
Liberal	18%	16%	15%	12%	17%	16%	29%

Fonte: Pew Research Center (2003)

Retomando o argumento de Castells (2009) de que o público tende a acreditar naquilo que quer acreditar e possui dificuldades em aceitar fatos que vão em desacordo com suas crenças, identifica-se que a construção de uma comunidade em torno de valores conservadores da *Fox* com o público facilitou a crença desta parcela da população em informações infundadas divulgadas por Bush e sua equipe e intermediado pelas redes de notícia, nesse caso, a *Fox*. Conforme dados de artigo elaborado pelo *Program on International Policy Attitudes* (2003) que entrevistou parte da audiência dos respectivos canais:

Tabela 4 - Percepções errôneas sobre o Iraque com base na fonte primária de notícias (percentual)

Declaração	Fox	CBS	NBC	CNN	ABC	Mídia impressa	PBS/ NPR
Sua impressão é de que os EUA encontraram ou não evidências claras no Iraque de que Saddam Hussein estava trabalhando com a organização terrorista al-Qaeda? Percentual de respostas incorretas	67%	56%	49%	48%	45%	40%	16%

dizendo que sim.

Desde o fim da guerra do Iraque, sua impressão é de que os EUA encontraram ou não armas de destruição em massa iraquianas?	33%	23%	20%	20%	19%	17%	11%
Percentual incorreto dizendo que sim.							

Fonte: Program on International Policy Attitudes (2003)

Por conseguinte, a partir da crença em informações errôneas sobre as motivações que levaram à invasão, há uma tendência maior do público da *FCN* a confiar mais na gestão Bush e a entender a invasão como algo positivo, em comparação ao público de outras emissoras, conforme apontam dados de relatório de 2003 do *Pew Research Center* evidenciados na Tabela 5 abaixo:

Tabela 5 - Telespectadores que aprovam a gestão Bush e concordam com a Invasão ao Iraque (percentual)

Declaração	Total (1201)	Network (370)	CNN (314)	Fox (267)	Mídia impressa (554)	Rádio (198)	Internet (230)
Aprovação de Bush							
Aprova	60%	61%	63%	74%	60%	64%	57%
Desaprova	29%	31%	31%	19%	30%	26%	34%
Sobre a invasão ao Iraque							
Decisão	67%	66%	73%	81%	66%	68%	61%

correta							
Decisão errada	24%	23%	19%	12%	26%	25%	33%

Fonte: Pew Research Center (2003)

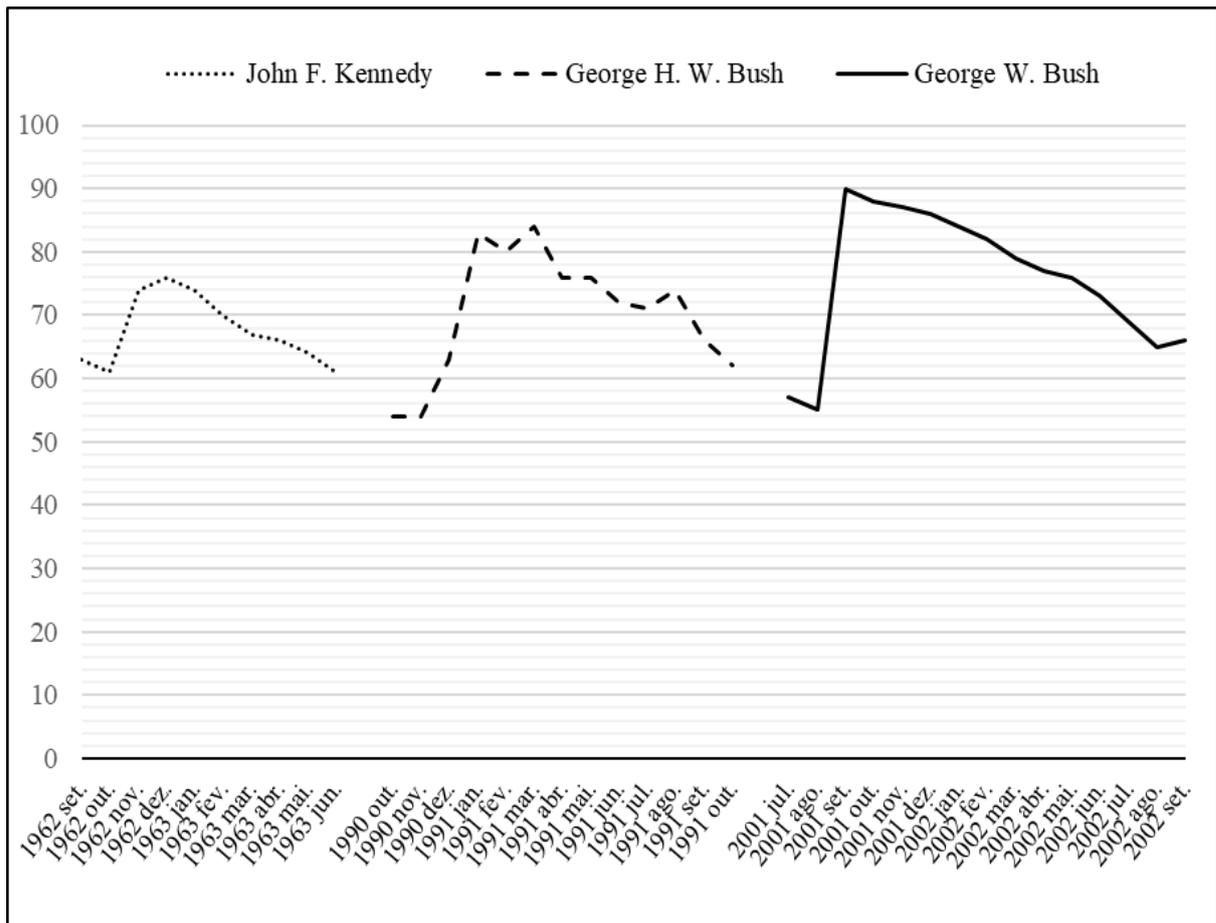
O formato que a *FCN* divulgava a temática da Guerra ao Terror se deu através processo de *agenda setting* ou definição de agenda do governo Bush direcionado à mídia estadunidense (CASTELLS, 2009). O estabelecimento de uma agenda voltada à construção de uma imagem pública positiva de Bush visava, por meio da mídia, afetar a opinião pública. Para isso, era necessário destacar questões de interesse ao governo e definir uma narrativa para as questões (CASTELLS, 2009) que nesse caso seria uma agenda vinculando a Invasão do Iraque à guerra contra o terrorismo e mobilizando o país em torno dos sacrifícios e atos heroicos das tropas estadunidenses.

Dessa forma, a sociedade foi mobilizada para dar maior suporte e aprovação ao governo Bush. Conforme Noam Chomsky (2014), o governo de Bush enfrentou dificuldades na gestão desde o seu começo. Nos dois primeiros anos de seu mandato, mais de 3 milhões de crianças se encontravam abaixo da linha de pobreza, a dívida pública disparou e o salário real de grande parte da população voltou aos níveis do final dos anos 1950 (CHOMSKY, 2014). Em contrapartida, o atentado ocorrido e as narrativas enquadradas pela administração através do estabelecimento de uma agenda de relações públicas desencadearam o efeito “comício em torno da bandeira” que, segundo afirmam Marc Hetherington e Michael Nelson (2003), representa um aumento repentino e substancial na aprovação pública do presidente que ocorre em resposta a certos tipos de eventos internacionais dramáticos envolvendo os Estados Unidos (HETHERINGTON, NELSON, 2003, p. 37).

4.7 Aprovação de Bush no contexto de insegurança pós 11/09

De acordo com dados de pesquisa realizada pela Gallup Poll (2003), o índice de aprovação de Bush variou de 51% em 10 de setembro de 2001 para 86% em 15 de setembro, atingindo seu ponto máximo em 22 de setembro com uma aprovação de 90%, o que o definiu, na época, como presidente com maior índice de aprovação já registrado (HETHERINGTON, NELSON, p. 37, 2003). De acordo com dados extraídos da Gallup Poll (2003) e visualizados no Gráfico 1 abaixo, compara-se a aprovação de Bush Filho com George H. W. Bush e John F. Kennedy, resultando em uma ascensão significativamente maior de George W. Bush:

**Gráfico 1 - Aprovação de diferentes presidentes no período de três crises externas
(percentual)**



Fonte: Gallup Poll (2003)

Ambas as administrações de seus antecessores lidaram com uma agenda securitária em âmbito externo que centralizava a atuação dos Estados Unidos. John F. Kennedy, ao final de 1962, com a Crise dos Mísseis em Cuba e George H. W. Bush, durante a Primeira Guerra do Golfo, com a “Operação Tempestade no Deserto”. Destaca-se que os períodos de crescimento no índice de aprovação remetem justamente aos meses em que as operações ocorriam e, portanto, parte do foco do discurso presidencial era o papel estadunidense no cenário internacional. O atentado ocorrido em 11/09 representou uma situação singular e catártica na

história da política externa estadunidense. Ao ser declarada a ‘Guerra ao Terror’, a sociedade estadunidense passou a identificar Bush como o símbolo antropomórfico de unidade nacional, uma espécie de ‘bandeira viva’ que centraliza o patriotismo do país após uma tragédia de significativa escala (HETHERINGTON, NELSON, 2003) - fator que também definiu a sua aprovação comparativamente maior em relação à Kennedy e H. W. Bush e de maior duração. Além disso, o processo de intensificação do patriotismo e unidade dos cidadãos ao associar a Guerra do Iraque em 2003 com a Guerra ao Terror e segurança nacional também trouxe ganhos políticos à administração, pois dificultou a emergência de oponentes. Qualquer divergência significativa seria interpretada como ‘antiamericana’, seja pela administração ou a própria mídia (CASTELLS, 2009). Não obstante as ‘eleições intermediárias’ de 2002, responsável por renovar assentos legislativos na Câmara e parte do Senado, alcançou um resultado histórico em que o partido de um presidente ganhou assentos em ambas as casas do Congresso em uma primeira eleição de meio de mandato (HETHERINGTON, NELSON, 2003).

Os argumentos centrais que levaram à invasão já haviam sido desmistificados pela própria ONU e, internamente, pela Comissão 09-11. Portanto, no decorrer dos anos, o discurso da administração Bush de possível relação do Iraque com os atentados terroristas deixou de ser suficiente para sustentar o conflito. Além de inúmeros escândalos, conforme Cristina Pecequilo (2008), de casos de tortura e violação de Direitos Humanos em Abu Graib e Guantanamo e de favorecimento de empresas como a Halliburton, ligada a Dick Cheney, que remetiam ao superfaturamento da exploração de petróleo no Iraque (PECEQUILO, 2008). Entretanto, mesmo com as dificuldades supracitadas, George W. Bush foi reeleito em 2004.

Analisando o panorama geral da primeira gestão de Bush, cabe ressaltar que a popularidade após os atentados deriva de uma tendência à confiança no presidente em períodos de crise e da utilização do simbolismo da ocasião para fortalecer a união da população através do sentimento comum de ‘americanismo’, medo e insegurança. Conforme Castells (2007), ao longo da história, a comunicação e a informação têm sido fontes fundamentais de poder e contrapoder, de dominação e de mudança social. A forma como as pessoas pensam determina o destino das normas e valores sobre os quais as sociedades são construídas e, embora a coerção e o medo sejam fontes essenciais para impor a vontade dos dominantes sobre os dominados, poucos sistemas institucionais possuem duração se baseados predominantemente na repressão pura e simples. Nesse contexto, a potência visava executar seus interesses hegemônicos em território médio-oriental por meio de guerras preventivas e a *Fox News* nesse processo serviu de meio para legitimar os valores defendidos pela administração e, por conseguinte, facilitar a assimilação da Doutrina Bush por parte da sociedade estadunidense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunicação no decorrer das décadas se tornou ainda mais importante no cotidiano de membros da sociedade, principalmente ao analisarmos o crescimento tecnológico em paralelo. A informação torna-se ferramenta importante, principalmente no âmbito político-ideológico, e tem capacidade de disseminação ampla. Ao consolidar valores e ideologias nas esferas da sociedade através da comunicação, cria-se uma estrutura hegemônica que reitera estas ideias e, por conseguinte, torna muito mais difícil a disseminação de discursos e práticas sociais que contestam esta mesma estrutura patriarcal-heterossexual. A hegemonia consensual só é capaz de surgir a partir da disseminação e da aceitação de valores da classe de maior poder econômico sobre as outras, visando tornar aceito seu papel de controle na sociedade, seja este econômico ou político. A comunicação neste cenário se constitui como um meio para disseminação desse discurso e, portanto, ferramenta para garantia do poder e *status quo* da classe hegemônica.

Igualmente, o mesmo processo pode ser aplicado na esfera internacional como forma de entender a posição atualmente hegemônica que os Estados Unidos possui perante os outros países. Assim, analisar o exemplo da atuação externa unilateral do hegemom na invasão ao Iraque e a forma como essa ideia foi consolidada na sociedade estadunidense garante a possibilidade de reconhecer que o poder não se limita ao aspecto coercitivo. Ao entender o poder também na esfera consensual e comunicacional, questiona-se a formação de valores impostos pela estrutura hegemônica vigente e, portanto, permite reconhecer a existente subjugação de diferentes crenças, ideologias e valores que contestam o normalizado; facilitando, assim, a emergência de um espaço para o também estabelecimento de ideias que contrariam a estrutura social atual. Para tanto, a análise desta pesquisa usufruiu de estudos neogramscianos para traçar o papel do consenso como poder político, além de uma análise da política externa estadunidense a partir da noção de estrutura hegemônica. No âmbito da comunicação foram analisados estudos que corroboram os veículos de comunicação como meio para a estruturação do poder hegemônico e, também, trechos transcritos de programas de televisão que corroboram com valores e ideias hegemônicas. Por último, foram abordadas

pesquisas de opinião pública como forma de apontar uma possível relação entre a mídia disseminadora do discurso hegemônico e a recepção de seu público. Os instrumentos de coleta dos dados permitiram efetuar um recorte do período e compreender o clima de medo e insegurança que assolava a mídia e a população estadunidense que permitiu fortalecer a ideia da invasão como única possibilidade para evitar a repetição de catástrofes como os atentados de 11/09.

Para se atingir uma compreensão do papel da mídia tradicional conservadora, representada pela rede *Fox News Channel*, na construção de um consenso nacional na sociedade estadunidense que serviu de apoio na legitimação de uma nova política externa intervencionista resultando na invasão ao Iraque em 2003, definiu-se três objetivos específicos. Em uma perspectiva mais específica, foi analisado o formato em que se desenvolveu a política externa dos Estados Unidos de ascensão como líder da comunidade internacional até o período de invasão ao Iraque em 2003, que representou um momento de inflexão na política externa. Verificou-se que sua consolidação como potência hegemônica se destacou quanto às outras potências devido à disseminação e institucionalização de seus valores e discursos em âmbito internacional e assimilados por sua sociedade. Isso permitiu a primazia do país em inúmeras temáticas de cunho comercial, financeiro, social e político, o que é afirmado a partir de seu envolvimento em conflitos externos e, em específico, na invasão ao Iraque. A invasão representou um marco na capacidade material e consensual do hegemôn, pois apenas evidenciou o vasto recurso militar do país e sua possibilidade de declarar um conflito na ausência de amplo apoio na comunidade internacional e de contestações internas.

Após, foi observada a evolução da importância da mídia em processos de formulação política em âmbito externo, como o caso da *Fox News* no período em questão. A análise permitiu concluir que a emissora se tornou popular durante o pós 11/09 e usufruiu significativamente de elementos como o medo e a insegurança para engajar seu público aos programas, além de divulgar as mesmas informações infundadas que motivaram a invasão em questão. Através destes enquadramentos, é fortalecida a confiança na administração vigente e também no sentimento de união da população para combater os ‘inimigos terroristas’ em tempos de crise. Portanto, corroborava com os próprios discursos proferidos por Bush ao estabelecer a nova agenda de política externa na época. Soma-se à análise os breves exemplos de pesquisas de opinião pública que corroboram ao argumento que o canal detinha de papel significativo no estabelecimento do discurso hegemônico de Bush.

Com isso, a hipótese do trabalho de que a atuação do veículo midiático da *Fox News* com vistas à construção do consenso social fundamentou a política externa intervencionista dos

Estados Unidos no Iraque de forma ofensiva e unilateral se confirmou. Observando trechos de programas da emissora na época que retratam a agenda externa da administração Bush no que tange ao combate ao terrorismo, é possível encontrar significativas semelhanças entre os discursos. Tanto na disseminação de informações igualmente infundadas sobre os motivos da invasão quanto na posição da emissora a respeito da presidência de Bush. Além disso, a *Fox News Channel* desde sua criação possui uma tendência a priorizar um corpo executivo e criativo ideologicamente conservador, o que é refletido no formato editorial de programas como *The O'Reilly Factor*. Tendo em vista a rápida ascensão da emissora entre os telespectadores de televisão à cabo e de tamanha popularidade do programa de Bill O'Reilly, é possível identificar a criação de um senso de comunidade para com sua audiência. Através do engajamento repetitivo do público com a emissora por meio da disseminação de valores que condizem àqueles encontrados no discurso de Guerra ao Terror de Bush, revela-se uma audiência que espelha estes mesmos valores disseminados e com maior tendência ao conservadorismo se comparado ao público de outras emissoras.

O apoio popular que foi obtido pela população é analisado através do papel que a emissora teve em fortalecer os ideais de Bush que afirmam os Estados Unidos como uma potência hegemônica que possui capacidade de atuação unilateral e responsável por garantir a liberdade e bem-estar da população estadunidense e mesmo do mundo. Este mesmo discurso, de relegar aos Estados Unidos o papel de liderança na comunidade internacional, conferindo o caráter consensual de sua hegemonia; também é perceptível a partir de uma análise histórica de sua política externa. O país foi responsável por estabelecer uma imagem sólida de defensor da liberdade e democracia através da consolidação do cenário de globalização e de diversas organizações internacionais. Além disso, seu envolvimento em inúmeros conflitos baseados na garantia dos valores supracitados apenas evidenciam a capacidade material e militar da potência.

Sendo assim, a *Fox News* teve papel de importância na fundamentação de uma visão positiva da atuação externa do governo Bush ao reforçar os interesses do governo. Foi fortalecido o discurso hegemônico da potência que reitera seu extenso histórico de envolvimento em conflitos externos economicamente estratégicos e manipula a população a acreditar em informações equivocadas que refletem sentimentos e questões identitárias intrínsecas ao cidadão estadunidense, conjuntamente à força simbólica dos atentados, de forma a fortalecer a elite política da época.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, James R.. Bankrupting America: the impact of president Reagan's military budget. **International Journal Of Health Services**. [S. L.], p. 623-629. 1981.

ANDERSON, Perry. Força e consentimento: aspectos da hegemonia americana. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 15, p. 7-30, 2003.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. [S. L.]: Contraponto, Unesp, 2006. Tradução de: Vera Ribeiro.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A desordem mundial: o espectro da total dominação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BARTLETT, Bruce. How Fox News Changed American Media and Political Dynamics. **SSRN Electronic Journal**. [S. L.], p. 1-21. jun. 2015. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2604679#paper-references-widget. Acesso em: 29 maio 2023.

BOSWORTH, Jonathan L.. **Fair and Balanced: The History, Operation, and Political Impacts of Fox News**. 2016. 51 f. Monografia (Especialização) - Curso de Political Science, Oregon State University, Corvallis, 2015.

BUSH, George W.. **Address to a Joint Session of Congress and the American People**. 2001. Disponível em: <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010920-8.html>. Acesso em: 30 maio 2023.

BUSH, George W.. **Text of President Bush's 2002 State of the Union Address**. 2002. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/wp-srv/onpolitics/transcripts/sou012902.htm#:~:text=States%20like%20these%2C%20and%20their,means%20to%20match%20their%20hatred..> Acesso em: 03 jun. 2023.

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (org.). **A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Ação Política**. [S. L.]: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005.

CASTELLS, Manuel. Communication, Power and Counter-power in the Network Society. **International Journal Of Communication**. Los Angeles, p. 238-266. nov. 2006.

CASTELLS, Manuel. **Communication Power**. Nova York: Oxford University Press, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder: uma análise da mídia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. p. 5-57.

CHAUÍ, Marilena. Meios de comunicação, democracia, autoritarismo e poder. In: MORAES, Dênis de (org.). **Poder midiático e disputas ideológicas**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 13-34.

CHOMSKY, Noam. **MÍDIA: propaganda política e manipulação**. São Paulo: Wmf Martinsfontes, 2014.

CONFESSORE, Nicholas; YOURISH, Karen. \$2 Billion Worth of Free Media for Donald Trump. **The New York Times**. 2016. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2016/03/16/upshot/measuring-donald-trumps-mammoth-advantage-in-free-media.html>. Acesso em: 26 maio 2023.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **UN INSPECTORS FOUND NO EVIDENCE OF PROHIBITED WEAPONS PROGRAMMES AS OF 18 MARCH WITHDRAWAL, HANS BLIX TELLS SECURITY COUNCIL**. 2003. Disponível em: <https://press.un.org/en/2003/sc7777.doc.htm>. Acesso em: 28 maio 2023.

COX, Robert W.. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. **Millennium: Journal of International Studies**, vol. 10, n. 2, 1981.

COX, Robert W.. Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método. In: GILL, Stephen (org.). **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro: Ufrj, 2007. p. 101-123. Tradução de: Dinah de Abreu Azevedo.

DANTAS, José Guibson Delgado; RODRIGUES, Gárdia. História das Relações Públicas nos Estados Unidos da América: dos primeiros expoentes ao governo Roosevelt. **Encontro Nordeste de História da Mídia**, Maceió, p. 1-10, ago. 2016.

DELLAVIGNA, Stefano; KAPLAN, Ethan. Fox News Effect: Media bias and voting. **The Quarterly Journal Of Economics**. Cambridge, p. 1187-1234. ago. 2007.

EDDINGTON, Sean M.. The Communicative Constitution of Hate Organizations Online: A Semantic Network Analysis of “Make America Great Again”. **Social Media + Society**. [S. L.], p. 1-12. jul. 2018.

ESTADOS UNIDOS. Emenda Constitucional nº I, de 1787. Estados Unidos

ESTADOS UNIDOS. COMMITTEE ON GOVERNMENT REFORM. **Congressional Record:Page H1103-H1109**. 2004. Disponível em:

https://irp.fas.org/congress/2004_cr/h031604.html. Acesso em: 30 maio 2023.

ESTADOS UNIDOS. NATIONAL COMMISSION ON TERRORIST ATTACKS UPON THE UNITED STATES. **Wartime**. 2004. Disponível em:

https://govinfo.library.unt.edu/911/report/911Report_Ch10.htm. Acesso em: 28 maio 2023.

FEDERAL COMMUNICATIONS COMMISSION (Estados Unidos). **Telecommunications Act of 1996**. 1996. Disponível em: <https://www.fcc.gov/general/telecommunications-act-1996#:~:text=The%20Telecommunications%20Act%20of%201996,any%20market%20against%20any%20other>. Acesso em: 26 maio 2023.

FORNER, Oscar Milton Cowley; SILVA, Maria Aparecida Ramos da. A mídia como arma de guerra durante a Segunda Guerra Mundial. **Temática**, João Pessoa, v. 13, n. 7, p. 1-14, jul. 2017.

FOX NEWS (Estados Unidos). **Bill O'Reilly's Bio**. 2015. Disponível em:

<https://www.foxnews.com/story/bill-oreillys-bio>. Acesso em: 30 maio 2023.

GALLUP (Estados Unidos). **Presidential Job Approval Center**. Disponível em: <https://news.gallup.com/interactives/185273/presidential-job-approval-center.aspx>. Acesso em: 01 jun. 2023.

GILL, Stephen. **The Global Political Economy: Perspectives, Problems, and Policies**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1988.

GILL, Stephen; LAW, David. Hegemonia global e o poder estrutural do capital. In: GILL, Stephen (org.). **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro: Ufrj, 2007. p. 157-197. Tradução de: Dinah de Abreu Azevedo.

GUIMARÃES, Cesar. A política externados Estados Unidos: da primazia ao extremismo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 46, p. 53-67, 2002.

HETHERINGTON, Marc J.; NELSON, Michael. Anatomy of a Rally Effect: George W. Bush and the War on Terrorism. **Ps: Political Science And Politics**. Washington, p. 37-42. jan. 2003.

JONES, Jeffrey P.. Fox News and the Performance of Ideology. **Journal Of Cinema And Media Studies At University Of Texas**. Austin, p. 178-185. jul. 2012.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000**. Rio de Janeiro: Campus, 1989. Tradução de: Waltensir Dutra.

KURTZ, Howard. **Bush Cousin Made Florida Vote Call For Fox News**. 2000. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/archive/lifestyle/2000/11/14/bush-cousin-made-florida-vote-call-for-fox-news/68c8b308-d61e-460f-a4d8-f98371aeab5f/>. Acesso em: 29 maio 2023.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. 356 p. Tradução de: Ronald Polito e Sérgio Alcides.

MORAES, Dênis de. Sistema midiático, mercantilização cultural e poder mundial. In: MORAES, Dênis de (org.). **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação**. Rio de Janeiro: Faperj, Boitempo, 2013. p. 17-49.

MORGAN, Thomas D.. The Industrial Mobilization of World War II: America Goes to War. **Army History**, U.s. Army Center Of Military History, n. 30, p. 31-35, spring 1994.

MORRIS, Jonathan S.. The Fox News Factor. **Harvard International Journal Of Press/Politics**. Greenville, p. 56-79. jul. 2005.

NORTON, Matthew. A structural hermeneutics of The O'Reilly Factor. **Springer Science+Business Media**. Center For Cultural Sociology, Yale University, p. 315-346. abr. 2011.

THE O'REILLY FACTOR (Estados Unidos). **Hollywood Celebrities Pull Out the Punches on Iraq**. 2015. Disponível em: <https://www.foxnews.com/story/hollywood-celebrities-pull-out-the-punches-on-iraq>. Acesso em: 30 maio 2023.

THE O'REILLY FACTOR (Estados Unidos). **Hearts and Minds**. 2003. Disponível em: <https://www.billoreilly.com/b/Hearts-and-Minds/18062.html>. Acesso em: 30 maio 2023.

THE O'REILLY FACTOR (Estados Unidos). **March 11th 2003 (the build up to the Iraq War)**. 2003. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ERQ59NU6M9o>. Acesso em: 30 maio 2023.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. Era George W. Bush (2001/2007): os EUA e o sistema internacional. In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **Estados Unidos: presente e desafios**. Brasília: Funag, 2008. p. 27-48.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa dos Estados Unidos. Continuidade ou Mudança**. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

PAULINO, Rafael Rodrigues. **Os meios de comunicação em situações de guerra dos Estados Unidos da América: um estudo teórico-histórico-mediático**. 2009. 105 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

PEW RESEARCH CENTER (Estados Unidos) **A Look Back at How Fear and False Beliefs Bolstered U.S. Public Support for War in Iraq**. 2023. Disponível em:

<https://www.pewresearch.org/politics/2023/03/14/a-look-back-at-how-fear-and-false-beliefs-bolstered-u-s-public-support-for-war-in-iraq/> . Acesso em: 25 maio 2023.

PEW RESEARCH CENTER (Estados Unidos). **Cable News Fact Sheet**. 2023. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/journalism/fact-sheet/cable-news/>. Acesso em: 26 maio 2023.

PEW RESEARCH CENTER (Estados Unidos). **Strong Opposition to Media Cross-Ownership Emerges: Public Wants Neutrality and Pro-American Point of View**. 2003. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/politics/2003/07/13/strong-opposition-to-media-cross-ownership-emerges/>. Acesso em: 26 maio 2023.

PEW RESEARCH CENTER (Estados Unidos). **News Audiences Increasingly Politicized**. 2004. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/politics/2004/06/08/news-audiences-increasingly-politicized/>. Acesso em: 30 maio 2023.

PROGRAM ON INTERNATIONAL POLICY ATTITUDES. Misperceptions, the Media, and the Iraq War. **Political Science Quarterly**. Maryland, p. 569-598. abr. 2003.

PROJECT FOR EXCELLENCE IN JOURNALISM (Estados Unidos). **The State of The News Media: cable tv** ∴ intro. Cable TV – Intro. 2005. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmninnibpcajpcgglefindmkaj/https://assets.pewresearch.org/files/journalism/State-of-the-News-Media-Report-2005-FINAL.pdf>. Acesso em: 30 maio 2023.

SHORENSTEIN CENTER ON MEDIA, POLITICS AND PUBLIC POLICY (Estados Unidos). **News Coverage of the 2016 General Election: How the Press Failed the Voters**. 2016. Disponível em: <https://shorensteincenter.org/news-coverage-2016-general-election/>. Acesso em: 25 maio 2023.

SHORENSTEIN CENTER ON MEDIA, POLITICS AND PUBLIC POLICY (Estados Unidos). **A Tale of Two Elections: CBS and Fox News' Portrayal of the 2020 Presidential**

Campaign. 2020. Disponível em: <https://shorensteincenter.org/patterson-2020-election-coverage/>. Acesso em: 25 maio 2023.

SNOW, David C.. **Creating the Credibility Gap: Military Advisory Command Vietnam, and the Media.** 2006. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Military History, Faculty Of The U.s. Army Command And General Staff College, Fort Leavenworth, 2006.

STONE, Oliver; KUZNICK, Peter. **A história não contada dos Estados Unidos.** Barueri: Faro Editorial, 2015. Tradução de: Carlos Szlak.

TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. Uma política para o continente – reinterpretação a Doutrina Monroe. **Revista Brasileira de Política Internacional**, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 115-132, 2014.

TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio.; CALANDRELLI, José Felipe Ribeiro. Donald Trump e o Neoconservadorismo. **Revista Esboços.** Florianópolis, v. 24, n. 38, p. 380-395, dez. 2017.